



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Geografia

Rafael Schneider Bastos

**O Processo de Ocupação Urbana em Itaipu: As Formas de Resistência
Frente ao Processo de Segregação Socioespacial Sofrido Pela
Comunidade de Pescadores Local**

São Gonçalo

2023

Rafael Schneider Bastos

**O Processo de Ocupação Urbana em Itaipu: As Formas de Resistência Frente ao
Processo de Segregação Socioespacial Sofrido Pela Comunidade de Pescadores
Local**

Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cátia Antônia da Silva

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Schneider Bastos

**O Processo de Ocupação Urbana em Itaipu: As Formas de Resistência Frente ao
Processo de Segregação Socioespacial Sofrido Pela Comunidade de Pescadores
Local**

Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Geografia.

Aprovado em 12 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Cátia Antônia da Silva (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Luís Henrique

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Nilo Modesto

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rodrigo

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a toda minha família, sem todo o apoio de vocês no dia-a-dia eu jamais teria chegado até aqui. Ser de uma família onde a maioria tem ensino superior sempre me incentivou a estudar e tentar seguir uma carreira acadêmica. Para mim, vocês sempre foram um ponto de referência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família toda, sem vocês minha trajetória seria impossível. A força e companhia de vocês foram e são fundamentais para minha formação como indivíduo e profissional.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a todos os profissionais envolvidos em meu aprendizado, desde a escola, até o fim de minha graduação como geógrafo. Profissionais da limpeza, professores, profissionais da cozinha, da xérox, secretaria, todos os professores e tantos outros funcionários que foram essenciais para tornar meu cotidiano o mais agradável e minha educação a mais proveitosa possível. Uma dedicação especial à Cátia Antônia, minha orientadora e coordenadora no NUTEMC, uma excelente profissional e uma pessoa na qual me inspiro muito. Agradecer também a todo o grupo do NUTEMC, colegas de trabalho e pesquisa que somaram em muito em minha trajetória acadêmica e profissional.

Em terceiro e não menos importante, a todos os meus amigos e colegas da FFP, os intervalos, aulas, pré-aulas e pós-aulas não seriam os mesmos sem vocês. Me diverti e aprendi muito com cada um, vocês tornaram a graduação muito mais divertida, jamais esquecerei dos campos, festas e do dia-a-dia. Deixo aqui um agradecimento especial ao meu grande e melhor amigo Everthon, colega de NUTEMC, de graduação e de trabalho, com o qual já fiz dezenas de trabalhos da graduação, da pesquisa e tantos outros que inventamos de fazer juntos; compartilhamos o gosto acadêmico e o senso de humor. “Tamo” sempre junto cria!

RESUMO

BASTOS, Rafael Schneider. *O Processo de Ocupação Urbana em Itaipu: As Formas de Resistência Frente ao Processo de Segregação Socioespacial Sofrido Pela Comunidade de Pescadores Local*. 2023. 98f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A comunidade de pescadores de Itaipu (Niterói – RJ) reside a mais de cem anos na localidade, já a atividade pesqueira no local é exercida de forma milenar, desde os povos sambaquieiros. A tradição, a cultura, os costumes, as práticas, os saberes e as memórias dos pescadores artesanais de Itaipu definem sua comunidade como sendo tradicional, frente a um embate contra diversos agentes vinculados ao setor privado, com foco no setor imobiliário, e o poder público, que gera diversos conflitos territoriais através do processo de ocupação urbana segundo um modelo de autosegregação habitacional, que vem se criando desde 1920, ficando muito intenso na década de 1970, e se estendendo até os dias atuais. Através da metodologia de levantamentos bibliográficos, pesquisas on-line e trabalhos de campo, pudemos analisar como vem se construindo este processo de autosegregação em Itaipu, assim como as consequências deste processo e as formas de resistência da comunidade de pescadores frente estes avanços do capital e da modernidade, visando proteger seu território. O uso da tradição e da identidade como ferramenta principal de resistência pela comunidade se dá por diversas frentes, compondo uma ampla defesa do patrimônio material, imaterial, do estilo de vida e do território destes pescadores artesanais.

Palavras-chave: Itaipu. Pesca Artesanal. Autosegregação. Comunidade. Ocupação Urbana.

ABSTRACT

BASTOS, Rafael Schneider. *The Process of Urban Occupation in Itaipu: Forms of Resistance to the Process of Socio-Spatial Segregation Suffered by the Local Fishermen's Community*. 2023. 98f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

The fishermen community of Itaipu (Niterói – RJ) has lived in the area for over a hundred years, while fishing activity in the area has been carried out for millennia, since the sambaqui people. The tradition, culture, customs, practices, knowledge and memories of artisanal fishermen from Itaipu define their community as being traditional, in the face of a clash against various agents linked to the private sector, with a focus on the real estate sector, and the government, which generates several territorial conflicts through the process of urban occupation according to a model of housing self-segregation, which has been created since 1920, becoming very intense in the 1970s, and extending to the present day. Through the methodology of bibliographic surveys, online research and field work, we were able to analyze how this process of self-segregation has been building in Itaipu, as well as the consequences of this process and the forms of resistance of the fishermen community in the face of these advances of the capital and modernity, aiming to protect their territory. The use of tradition and identity as the main tool of resistance by the community takes place on several fronts, composing a broad defense of the tangible and intangible heritage, the lifestyle and the territory of these artisanal fishermen.

Keywords: Itaipu. Artisanal Fishing. Self-segregation. Community. Urban Occupation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização dos bairros de Itaipu e Cambinhas (antigo território de Itaipu)	15
Figura 2 – Fotografia dos barcos utilizados para a pesca artesanal, alocados na faixa de areia da Praia de Itaipu.....	18
Figura 3 – Fotografia do portal de entrada da Vila dos Pescadores de Itaipu, Niterói – RJ.....	19
Figura 4 – Ilustração do Plano Estrutural de Itaipu	29
Figura 5 – Fotografia aérea do Canal de Itaipu (04/07/2022).	31
Figura 6 - Tabela da taxa média geométrica de crescimento anual em Niterói (RJ)(%).	37
Figura 7 – Fotografia de indivíduos da comunidade de pescadores de Itaipu, na década de 1960	40
Figura 8 - Mapa dos pontos de pesca em Itaipu e atual Cambinhas	41
Figura 9 – Fotografia da entrada do Condomínio Grotão, situado na Estrada Francisco da Cruz Nunes com entrada pela Rua Juriti	45
Figura 10 – Fotografia da entrada do Condomínio Aldeia de Itaipu, situado na Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 5865.....	45
Figura 11 – Fotografia da fachada da frente do MAI, o muro faz parte das ruínas tombadas que compõe o museu.....	71
Figura 12 – Mapa da RESEX de Itaipu.....	76
Figura 13 – Quadro com as formas de resistência estratégicas encontradas na Comunidade de Pescadores de Itaipu, perante seu território.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMPI – Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia de Itaipu

ACOTMA – Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas

ADEMI-Niterói – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói

ALPAPI – Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu

APP – Área de Preservação Permanente

BNH – Banco Nacional de Habitação

BRT – Ônibus de Trânsito Rápido (*Bus Rapid Transit*)

CCRON – Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói

CIA Territorial de Itaipu – Companhia Territorial de Itaipu

CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DPO – Departamento de Polícia Ostensiva

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FMA-RJ – Fundo da Mata Atlântica

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu

NUTEMC – Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas

PESET – Parque Estadual da Serra da Tiririca

PUR – Plano Urbanístico de Niterói

RESEX Itaipu – Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

RESEX-Mar AC – Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo

SOPRECAM – Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN)

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UC – Unidade de Conservação

UERJ-FFP – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores

UFF – Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A OCUPAÇÃO URBANA E A PESCA EM ITAIPU	21
1.1 A origem da atividade pesqueira na região	21
1.2 O processo de ocupação urbana da Região Oceânica de Niterói até os dias atuais e a marginalização dos pescadores artesanais em direção ao Canto de Itaipu	24
CAPÍTULO 2 – AUTOSSEGREGAÇÃO E COMUNIDADE	43
CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRADIÇÃO: FORMAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE ITAIPU	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

Esta monografia teve sua temática e objetos escolhidos por dois motivos. O primeiro é o ligado à pesquisa, sendo um assunto já trabalhado pelo autor no grupo de pesquisa e extensão que participa na UERJ-FFP, o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC). Este grupo trabalha diretamente com a atividade da pesca artesanal em territórios urbanos, tendo tudo a ver com o tema e objeto abordados aqui. O autor já havia trabalhado com a localidade de Itaipu, na comunidade de pescadores do local, havendo escrito um artigo sobre, sendo já conhecedor da realidade e dinâmica da pesca artesanal na região.

O segundo motivo é pessoal e afetivo, o autor tendo morado em Niterói na maior parte de sua vida, sendo um grande frequentador das praias da Região Oceânica de Niterói desde a infância, tendo um enorme vínculo afetivo com as mesmas. Ao amadurecer e entrar no curso de Geografia na UERJ-FFP, foi percebendo as questões que pareciam nítidas no espaço: uma mudança clara na configuração do mesmo e, conseqüentemente, na paisagem, quando se aproximava da orla de Itaipu, assim como um enorme processo de autoss segregação no bairro, com um maior número de condomínios surgindo, cada vez mais, no local. Ao analisar Cambinhas, e ver como o lugar era antes da ocupação urbana e no que se tornou, este assunto chamou muita atenção ao mesmo. Quando entrou no grupo de pesquisa da professora e doutora Cátia Antônia, a questão da pesca artesanal também passou a atrair o autor a esta problemática no bairro.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os impactos socioespaciais na vida coletiva da comunidade de pescadores artesanais da região a partir da ocupação de Itaipu e Cambinhas, devido à implementação de condomínios para classe média e a elitização dos bairros, segundo o modelo de autoss segregação habitacional. O período de estudo vai desde 1920, com o início da expansão da ocupação urbana em Itaipu, até 2020. Buscou-se ainda compreender as formas de resistência dessas comunidades e sua relação com os instrumentos legais disponíveis. Os objetivos específicos são: (1) Discorrer sobre todo o processo de ocupação no bairro de Itaipu, mostrando como o

bairro era antes da década de 1920, até como ficou em 2020, com a implementação de um modelo de habitação autoss segregado, acompanhado da elitização do bairro; (2) Realizar uma análise crítica sobre o processo de ocupação em Itaipu; (3) Compreender as formas de resistência da comunidade de pescadores de Itaipu frente à elitização e implementação de um modelo de autoss segregação habitacional no bairro, a partir do uso dos instrumentos legais que permitem, através da comprovação do caráter tradicional da comunidade, a defesa do território pelos mesmos.

No primeiro capítulo é analisado o surgimento da atividade pesqueira em Itaipu, traçando de sua origem até os dias atuais, mostrando a forte tradição e ancestralidade da mesma. Após, será dissertado todo o processo de ocupação do bairro, começando com uma contextualização do mesmo em toda Região Oceânica de Niterói, depois focando apenas em Itaipu. A caracterização deste processo de ocupação aborda desde os primeiros loteamentos na região, até a implementação de fato dos condomínios privados que caracterizam o modelo de habitação autoss segregado hoje visto em Itaipu e, em seu antigo território, Cambinhas. Também serão mencionadas as consequências que este processo causou à comunidade de pescadores de Itaipu, hoje remanescendo apenas no local conhecido como Canto de Itaipu.

No segundo capítulo foram discutidos os dois conceitos centrais nesta monografia: comunidade (BAUMAN, 2003) e autoss segregação (SILVA, 2000; MELO, 2012; CALDEIRA, 1997; FREY & DUARTE, 2006). Serão apresentados e depois articulados com o objeto e temática deste trabalho, sendo também relacionados entre si, no intuito de melhor desenvolver a análise sobre a problemática abordada aqui.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as estratégias de resistência da comunidade de pescadores frente aos avanços do capital – principalmente imobiliário – e dos valores da modernidade. Foi debatida a questão das políticas identitárias, seus prós e contras, assim como analisada a eficiência desta prática no local, apresentando barreiras e avanços que a mesma demonstra em sua implementação hoje.

Este trabalho foi realizado através de um extenso levantamento bibliográfico, composto principalmente por: Silva (2018), Carvalhido (2012), Cruz (2015) e Machado (2011), em relação à bibliografia temática; Bauman (2003), Caldeira (1997), Frey & Duarte (2006), Melo (2012), em relação à bibliografia conceitual; Coutinho (2015) e Fontenelle & Corrêa (2013), em relação à bibliografia de dados. A bibliografia completa está recheada de: relatos, entrevistas, dados e análises conceituais e temáticas, que

foram essenciais à confecção deste trabalho. Também foram feitos três trabalhos de campo no bairro, para analisar o objeto, conversar com moradores e pescadores e visitar os locais históricos e importantes para a presente pesquisa.

A metodologia se baseou num levantamento de informações on-line, a partir de bibliografias acadêmicas, no site da Prefeitura Municipal de Niterói¹ e em um site específico de dados de legislações municipais². As duas entrevistas utilizadas neste trabalho foram feitas por terceiro: a de José Siqueira da Silva (Tidi), morador do Morro das Andorinhas, e a de Tânia Rodrigues Lopes, moradora da Vila de Pescadores, foram realizados por Cruz (2015) e relatam a perspectiva do futuro da pesca na região assim como seu caráter tradicional e histórico. Diversos campos e conversas com moradores e pescadores locais foram realizados durante o processo de confecção deste trabalho, porém, devido ao fato das entrevistas encontradas nas bibliografias já serem muito úteis, não houve a necessidade de realizar outras.

O conceito de comunidade (BAUMAN, 2003) aponta a definição deste termo, separando estas entre estéticas e éticas. Este conceito apresenta o que seria uma comunidade estável e uma em crise, assim como as barreiras que uma comunidade enfrenta para se manter na conjuntura socioeconômica e política atual, frente uma sociedade capitalista muito afetada pela globalização e a modernidade. Já o conceito de autossegregação (SILVA, 2000; MELO, 2012; CALDEIRA, 1997; FREY & DUARTE, 2006) define a estrutura socioespacial caracterizada pela segregação de uma parcela mais rica da população em áreas que mantém as amenidades vinculadas à natureza preservada, criando um padrão de habitação autossegregado – através de condomínios fechados – e elitizado, expulsando os antigos moradores das mesmas, através do aumento do custo de vida, de ações judiciais e de coerções.

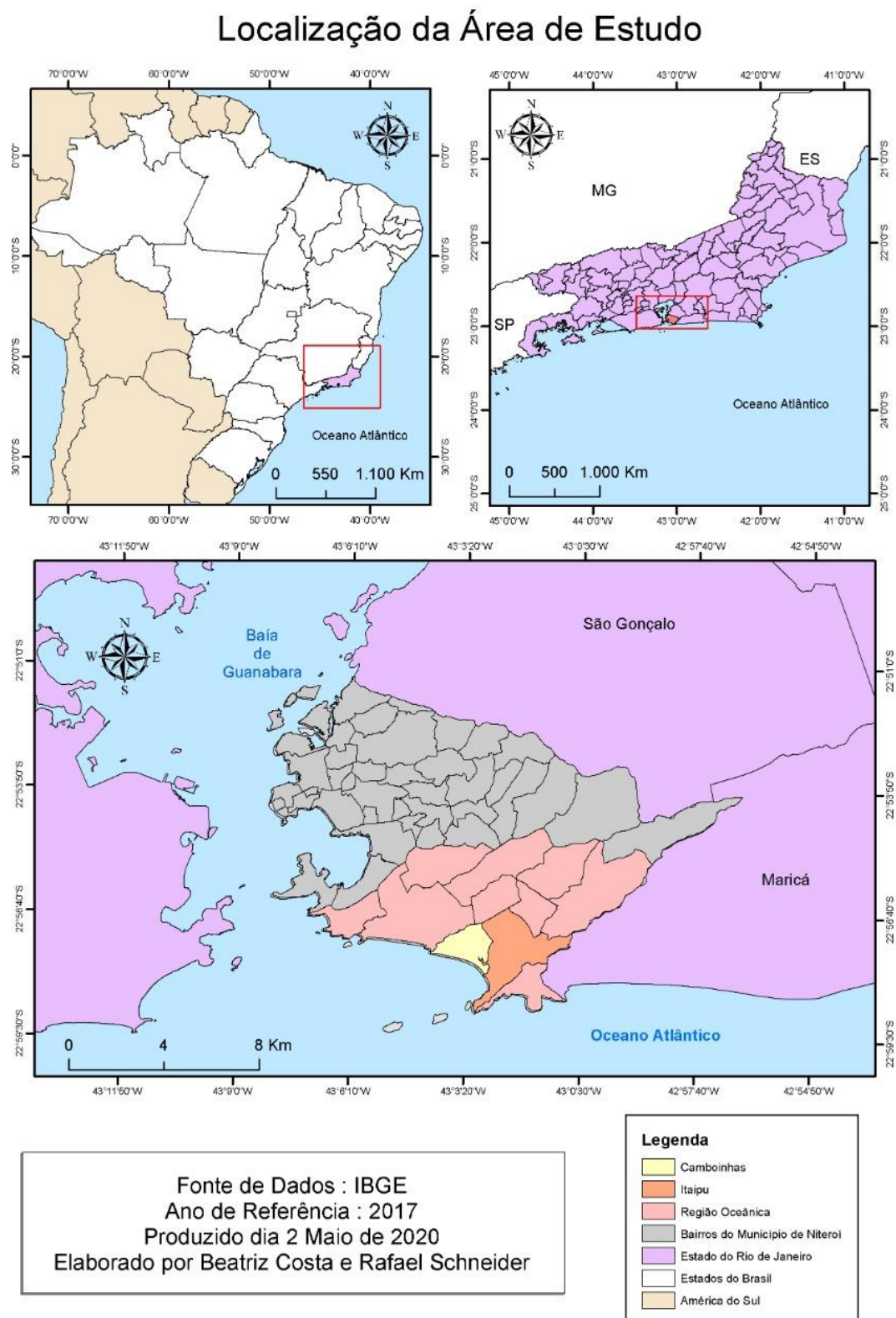
A área de estudo deste trabalho é Itaipu (Figura 1), um bairro localizado na Região Oceânica do município de Niterói – RJ, que fica na região metropolitana do estado. Foi anexado ao município de São Gonçalo, quando ainda era uma freguesia, em 1890, somente indo fazer parte de Niterói em 1943, quando se tornou um dos distritos do município³ – nesta época Itaipu era uma extensa zona verde e rural.

¹ <http://www.niteroi.rj.gov.br/>.

² <https://leismunicipais.com.br/>.

³ “Segundo o Guia de Itaipu, material produzido pelo MAI, em 1944, um decreto-lei dividiu o município de Niterói em dois distritos. O primeiro continuaria a chamar-se Niterói e o segundo distrito comporia toda Região Oceânica, chamando-se Itaipu” (CRUZ, 2015, p. 66).

Figura 1 – Mapa de localização dos bairros de Itaipu e Camboinhas (antigo território de Itaipu).



Fonte: Produzido por Rafael Schneider e Beatriz Costa de Jesus (DAGEOP – Dinâmicas Ambientais e Geoprocessamento).

A Região Oceânica, por sua vez, é uma das cinco regiões político-administrativas de planejamento do município de Niterói. Esta região possui uma área total de 52,1km², sendo composto por onze bairros: Jardim Imbuí, Piratininga, Cafubá, Cambinhas, Itacoatiara, Itaipu, Santo Antônio, Maravista, Jacaré, Serra Grande e Engenho do Mato; sendo formada pelas bacias dos rios Jacaré e João Mendes, que drenam para as lagoas de Itaipu e Piratininga (FONTENELLE & CORRÊA, 2013). Até o ano de 2011, esta região ainda mantinha 41% de toda sua cobertura nativa de vegetação, concentrada em maciços costeiros e unidades de conservação (FONTENELLE & CORRÊA, 2013).

Esta região é lar de algumas comunidades tradicionais de pescadores, sendo a pesca artesanal definida como mais que uma mera forma ou ato de produção visando o comércio ou a subsistência, sendo “um modo particular de viver socialmente” (SILVA, 2018, p. 13), que se utiliza de técnicas e petrechos tradicionais, além de contar com uma organização do trabalho muito vinculada com as relações familiares e da comunidade, geralmente a pesca sendo feita entre amigos e familiares e se utilizando de embarcações de pequeno porte.

Os pescadores artesanais de Itaipu travam uma batalha de décadas contra: o setor imobiliário, que promove a expulsão dos pescadores para construir os novos loteamentos, movendo ações jurídicas pela posse das terras e assediando os pescadores para que os mesmos vendam suas casas e terrenos, tudo isto realizado pelas empresas do setor; a pesca predatória realizada pela população, que não respeita as diferentes épocas do defeso das espécies e utiliza de técnicas de pesca que prejudicam a manutenção do equilíbrio à biodiversidade; o poder público (Marinha, Prefeitura de Niterói, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Ministério Público), devido a diversos episódios onde o mesmo favoreceu o setor privado em embates legais, não realizou uma fiscalização adequada das ações realizadas pelas empresas que tinham interesse na expulsão da comunidade de pescadores do local e simplesmente ignorou violações claras da lei no processo de implementação do modelo de autosegregação habitacional; a pesca industrial, pois ocorrem muitos conflitos com operadores de traineiras, pois as grandes e médias companhias de pesca fazem uma atividade predatória, geralmente pescando durante a madrugada e acarretando na escassez e morte de certas espécies no local (CRUZ, 2015), além de muitos operadores de traineiras também não respeitarem o limite de 200 metros de distância da praia para a prática; e a indústria petrolífera, com

as plataformas marinhas causando impactos grandes à biodiversidade em sua instalação e quando há vazamentos, além de ocuparem parte do território antes pertencente aos pescadores.

A comunidade de pescadores de Itaipu é uma força de resistência contra os avanços das políticas neoliberais na região, assim como remanescentes de uma produção artesanal e tradicional que carrega em si muita cultura, através de suas tradições, memórias, práticas, técnicas, vivência e história de ocupação centenária no local, que refletem diretamente na produção do espaço e do tempo como um todo – uma produção do tempo e do espaço singular, diferente da globalizada. A partir destas informações Silva (2018) diz:

Como em outros lugares do Brasil, os territórios onde a pesca artesanal se deu mantinham em algum grau aspectos de isolamento das grandes cidades, até a expansão da urbanização, sobretudo na agência da especulação imobiliária nas praias das zonas pesqueiras. Tal distância relativa entre a praia e uma “cidade” imaginada como oposição a essa Itaipu pelos relatos de pescadores da década de 1970 (LIMA, 1997) foi aproximada sob a perspectiva da produção do espaço com os investimentos modernizadores em infraestrutura e da produção do tempo social com os valores e dinâmicas que a sociedade global transforma nesses territórios. (SILVA, 2018, p. 15)

A luta dos pescadores artesanais de Itaipu é pelo seu direito à prática tradicional da pesca – havendo condições ambientais, estruturais e econômicas mínimas para a perpetuação da mesma –, pelo seu direito ao seu território como forma de subsistência e renda, pelo uso da faixa de areia da Praia de Itaipu para guardar seus barcos e alguns outros equipamentos (Figura 2), pelo investimento público na região como forma de melhorar as condições da pesca e de moradia, pela acessibilidade aos bens e serviços essenciais, assim como pela manutenção de sua cultura e seu direito à permanência no Canto de Itaipu, que envolve a orla da Praia de Itaipu e o Morro das Andorinhas (onde se localiza o Sítio da Jaqueira), locais onde já habitam por gerações.

Figura 2 – Fotografia dos barcos utilizados para a pesca artesanal, alocados na faixa de areia da Praia de Itaipu.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

O Canto de Itaipu se constitui de toda a extensão de praia que vai desde o Morro das Andorinhas até o Canal de Itaipu, inclui o sambaqui Duna Grande, a Praça Doutor Viçoso Jardim, a Igreja de São Sebastião, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), a Vila dos Pescadores (Figura 3) e a Colônia de Pescadores Z-7, sendo, a partir do Plano Urbanístico da Região Oceânica de 2002, Área de Interesse Pesqueiro (SILVA, 2018). Atualmente, o Canto de Itaipu se caracteriza como o resquício do território pesqueiro no local e é tombado como patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Figura 3 – Fotografia do portal de entrada da Vila dos Pescadores de Itaipu, Niterói – RJ.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Itaipu possuía uma enorme comunidade de pescadores artesanais, que habitavam o local há mais de 100 anos e que viviam ali devido ao posicionamento estratégico para a sua atividade e também pelos seus vínculos culturais com o local. Hoje em dia não existem mais pescadores artesanais morando no local onde foi estabelecido o bairro de Camboinhas e a pesca na Praia de Camboinhas é coibida. A pesca em Itaipu resiste

apenas na Vila dos Pescadores, dentro do Canto de Itaipu, cujo nome vem da época em que a faixa de areia ainda não era dividida e o Canto de Itaipu se referia a uma parte muito maior desta faixa única de areia. Sobre o Canto de Itaipu:

É nesse pequeno pedaço de Itaipu que a pesca artesanal se reproduz pra além do mundo do trabalho enquanto prática social e constantemente atua atribuindo significado ao espaço que, por sua vez, se desdobra como parte integrante das identidades relativas à pesca. (SILVA, 2018, p. 31)

CAPÍTULO 1 – A OCUPAÇÃO URBANA E A PESCA EM ITAIPU

1.1 A origem da atividade pesqueira na região

A atividade pesqueira em Itaipu advém de tempos bem anteriores à invasão dos europeus nas terras onde hoje se encontra o Brasil (1500). As comunidades indígenas que habitavam a região já praticavam a atividade, tendo a pesca artesanal que vemos na contemporaneidade herdado diversas tradições, técnicas, costumes, saberes e petrechos das mesmas. Importante salientar que a pesca pode ser datada de períodos bem mais antigos, se analisarmos os sítios arqueológicos encontrados em Itaipu e Camboinhas. Na região foram encontrados, com a ajuda dos pescadores locais, três sambaquis: Duna Grande, Duna Pequena e Camboinhas, com materiais como: machados, pedras, ossos humanos e de animais, lascas de quartzo, peças de cerâmica e polidores (CRUZ, 2015). Sendo assim, pode-se dizer que a pesca em Itaipu é milenar.

Estes sambaquis são de enorme importância, pois representam a riqueza cultural, histórica e paisagística da região e do Brasil – são símbolos da pré-história brasileira –, além de estarem ligados aos possíveis ancestrais dos pescadores que hoje lá habitam, muitos destes, descendentes de indígenas que ocupavam a região há séculos e que também viviam, dentre outras formas, através da pesca, não sendo coincidência as semelhanças entre as práticas e técnicas tradicionais destes pescadores e de grupos indígenas de regiões próximas. As sociedades indígenas que ali habitavam provavelmente tinham ligações ancestrais com estes povos sambaquieiros, sendo assim, os pescadores artesanais de Itaipu são possíveis parentes distantes dos mesmos.

Segundo o vasto acervo do MAI, captado em boa parte através do estudo sobre os sítios arqueológicos dos três sambaquis existentes na região, as origens da ocupação humana na praia de Itaipu datam do período neolítico (cerca de 10.000 a.C a 3.000 a.C.) (SILVA, 2018). As provas materiais apontam, assim, que a pesca na região remonta, provavelmente, ao mesmo período.

Indícios também apontam para a existência da pesca artesanal em Itaipu durante o período colonial. Segundo informações encontradas no livro de Monsenhor Pizarro (século XVIII), a Freguesia de São Sebastião de Itaipu era conhecida pela fartura na

quantidade dos peixes, assim como pelo sabor delicioso dos mesmos (CRUZ, 2015). Durante o século XVIII a região era conhecida pela produção local agrícola e pelo pescado.

Segundo relatos, a pesca foi se tornar principal atividade de subsistência dos moradores da região a partir do século XVIII, sendo, provavelmente, devido à queda da produção agrícola (CRUZ, 2015). Dados da Coleção de Documentos Officiaes – Dados Estatísticos e Commerciaes Nacionaes e Estrangeiros de 1876, explicita que durante o século XIX havia grande atividade pesqueira na praia de Itaipu, assim como nas lagoas de Itaipu e de Piratininga. Como pesquisado por Cruz (2015), um morador do Morro das Andorinhas chamado José Siqueira da Silva (conhecido como Tidi), relatou ter parentes que já pescavam em Itaipu em datas que remetem há mais de duzentos anos, com seu avô tendo chegado no Andorinhas em 1870, tendo ele e sua esposa sete filhos, com três deles trabalhando exclusivamente como pescadores.

As Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa foram ocupadas por famílias de pescadores desde o século XX, com alguns relatos dando indícios de que esta ocupação possa ser datada até anteriormente a este século (CRUZ, 2015). Estas ruínas eram utilizadas pelas famílias que não tinham moradia própria como apontam relatos de entrevistas feitas por Cruz (2015), sendo muito importante para a comunidade de pescadores local. Para além da moradia a propriedade era utilizada para guardar materiais e petrechos das famílias, para a realização de confraternizações, assim como para:

(...)o tingimento de redes, para o fortalecimento das mesmas. O tingimento era feito com o material extraído de arueira ou murici, e geralmente se tingiam redes fabricadas artesanalmente com algodão (gerba) ou tucum (fios do coco). Depois do tingimento, cozinhava-se a rede no tacho. (CRUZ, 2015, p. 104)

Em relação às estruturas e logística do comércio do pescado, o mesmo entrevistado acima falou sobre o ano de 1890, quando, segundo ele, os peixes eram levados a cavalo ou em canoas a remo, neste último quando a quantidade era muito grande (CRUZ, 2015). No século XX, quando Itaipu ainda fazia parte do município de São Gonçalo, não havia estrada que conectasse a região aos centros de Niterói e de São Gonçalo, sendo assim, todo o excedente de pescado era levado de canoa até a Praça XV de Novembro, no município do Rio de Janeiro, pelos próprios pescadores, para lá ser comercializado. Apenas em 1923 com a construção da estrada ligando Itaipu ao centro

de Niterói, possibilitando o comércio deste pescado no Mercado São Pedro, no mesmo município, que o eixo comercial do pescado se alterou.

Segundo documento do MAI (Museu de Arqueologia de Itaipu), produzido em 1944, apesar do difícil acesso à Região Oceânica de Niterói pelas vias terrestres, a Praia de Itaipu era lar de uma extensa comunidade de pescadores (CRUZ, 2015). Sendo assim, fica mais que comprovado a existência desta comunidade bem antes do avanço do meio urbano para a região, sendo o difícil acesso a mesma, o motivo desta comunidade ter ficado “isolada” – perante o capital imobiliário – por tanto tempo.

A Colônia de Pescadores Z-7, que compreende as praias de Itaipu, Piratininga, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipuaçu, Maricá e Ponta Negra – estas três últimas no município de Maricá –, foi fundada em 1921, quando finalmente se passou a filiar os pescadores e normatizar a atividade pesqueira, além de definir e identificar o espaço utilizado para a atividade pelos pescadores destes locais. Com a fundação da colônia houve o reconhecimento oficial das residências e ranchos voltados à pesca como sendo propriedades dos pescadores, a partir do aforamento dos terrenos de marinha.

Assim como Itaipu, o litoral fluminense como um todo somente começou a ser mais ocupado pelas elites financeiras e a atrair o capital imobiliário a partir do século XX. Até então estas eram áreas muito mal vistas, devido aos aspectos simbólicos que esculpiam um imaginário negativo sobre elas, muito pautado por: questões religiosas, traumas históricos – guerras, invasões, catástrofes naturais –, medo de doenças, falta de conhecimento científico e pelas histórias de tragédias em alto-mar – acentuadas com o aumento das grandes navegações (SILVA, 2018). O imaginário cristão greco-romano e a literatura fruto do mesmo, foram chave para estimular este desgosto para com as áreas litorâneas de forma geral. Somente a partir do século XVIII que as sociedades europeias e colonizadas pelos europeus começaram um processo de rompimento gradual com esta perspectiva e este imaginário, todavia, sendo apenas no século XX, com o avanço mais forte do cientificismo, que estas áreas se tornaram no que se vê hoje em dia (SILVA, 2018).

Já que as classes mais abastadas não tinham interesse na ocupação das áreas litorâneas, as classes mais pobres migraram para as mesmas, sendo em muito compostas por: descendentes de indígenas; indígenas de outras localidades – expulsos de seu local de origem pela opressão europeia –; escravizados libertos ou fugidos; miscigenados entre europeus, indígenas e africanos; e indigentes em geral, grupos que não tinham

prestígio na hierarquia social da sociedade colonial brasileira (SILVA, 2018). Este processo de ocupação esteve muito vinculado desde o início com a atividade da pesca, lembrando que muitas destas áreas já eram ocupadas por sociedades originárias e continuaram a ser por muito tempo – em alguns poucos lugares, até hoje –, e que as mesmas praticavam esta atividade como forma de subsistência.

1.2 O processo de ocupação urbana da Região Oceânica de Niterói até os dias atuais e a marginalização dos pescadores artesanais em direção ao Canto de Itaipu

O primeiro fator que estimulou um aumento no fluxo de moradores e visitantes à Região Oceânica de Niterói foi a construção da estrada Francisco da Cruz Alves (Estrada Velha) ligando a região ao centro do município, em 1923 – alguns autores apontam esta data como o marco inicial da ocupação urbana na região. Todavia, ainda era um aumento muito incipiente, mas que já demonstrava o potencial da região, assim como o impacto que as obras de infraestrutura teriam na mesma futuramente. Como diz Silva (2018):

Em 1923 é construída a Estrada Velha de Itaipu, que ligava Itaipu à cidade de Niterói. Dessa maneira, o isolamento de Itaipu em relação ao centro urbano niteroiense, que naquele momento se constituía como a capital fluminense, seria gradualmente diminuído. O transporte de pescado até o Mercado de São Pedro, principal entreposto comercial da região, já era efetivamente feito por terra. Até a construção do mercado no século XIX, o pescado era levado até Jurujuba por vias terrestres, para depois ser transportado por “barcos especiais” para o entreposto da Praça XV, marcando o período, na perspectiva da pesca de Itaipu, pelo abandono do transporte marítimo da produção. Elina Pessanha (2003, p.26) considera, portanto, a construção da estrada como marco inicial para o processo de urbanização de Itaipu, que teria seu ápice na década de 1960. (SILVA, 2018, p. 36-37)

Segundo Silva (2018), a pressão para a retirada dos pescadores entre as décadas de 1940 e 1970 foi agressiva, sendo realizada tanto pelo poder judiciário, devido a decisões que favoreciam a empresa imobiliária inserida no conflito, quanto pelo assédio que a própria empresa realizava aos pescadores visando sua remoção. Tudo isto no intuito de transformar a orla de Itaipu em território do capital imobiliário, sendo a posse destes territórios, até então – juridicamente falando – da Marinha (SILVA, 2018).

Durante a década de 1940 a atual Região Oceânica de Niterói⁴ passava por uma mudança aos interesses da prefeitura e do setor imobiliário. De uma área caracterizada por uma economia de pesca artesanal e semi-comercial, através da expansão urbana e da compra de boa parte da região pela família Cruz Nunes passa por uma requalificação, com a privatização da área e a criação da Fazenda Piratininga (FIGUEIREDO, 2012), decorrente do desmembramento das antigas fazendas de café e cana-de-açúcar que haviam na região – este acontecimento também é, por alguns autores, citado como o marco inicial do processo de ocupação urbana de Itaipu. Esta mudança fez parte de um processo em escala nacional, pautado: na intensificação e mudanças no/do modelo capitalista, na mudança do imaginário popular perante as regiões litorâneas e no processo de urbanização do Brasil, tudo isto resultando em um massivo investimento estatal em infraestrutura, visando a valorização e o avanço do capital imobiliário perante as regiões litorâneas, devido à alta demanda de busca das classes mais abastadas por áreas de grande beleza e lazer naturais – no sentido de vinculados à natureza preservada.

Esta transformação do espaço da Região Oceânica se deu durante a vigência do Estado Novo (1937-1945), com a chegada de Ernani do Amaral Peixoto ao governo do Estado do Rio de Janeiro (1937-1945), que incentivou diversas obras modernizadoras que iriam impulsionar a urbanização no estado e apoiou o início das primeiras tentativas de parcelamento de áreas nesta região, pertencente hoje ao Município de Niterói (MACHADO, 2011).

A região onde hoje se localizam os bairros de Camboinhas, Itaipu e Piratininga, começou a ser alvo do interesse imobiliário na década de 1940, com o “Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga” (1944), pelo Prefeito Brandão Júnior, sendo encaminhado ao governo do estado através de um ofício. O intuito do plano era gerar uma intensa valorização do solo desta área, assim como enfatizar a mesma como uma região de alto interesse para o futuro do Município de Niterói. Ainda que não tenha sido implantado, este plano estimulou diversos investimentos na região, inclusive a compra de parte da Fazenda Piratininga pela Companhia Territorial de Itaipu, em 1943 (CRUZ, 2015 e FIGUEIREDO, 2012). A Companhia Territorial de Itaipu conseguiu ainda a posse dos terrenos que pertenciam à Marinha, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os pescadores conseguindo

⁴ Lembrando que Itaipu pertencia ao município de São Gonçalo de 1890-1943, no último ano sendo anexado do município de Niterói, onde permanece até os dias atuais.

apenas manter a posse de uma pequena parte do território, devido às denúncias realizadas pelo contraventor da colônia, com a ajuda da imprensa local – assim foi estabelecido o Canto de Itaipu, como área ligada à pesca, sendo de ocupação secular da comunidade tradicional.

O “fracasso”⁵ desta empreitada se deveu ao fato de que, na época, as empresas encarregadas de fracionar estas terras, eram empresas de pequeno ou médio porte, geralmente familiares e recém-criadas. As mesmas tinham como objetivo extrair renda destes terrenos, todavia, com a falta de infraestrutura básica – até mesmo a locomoção por automóveis era difícil, devido à péssima situação da única estrada que ligava a região ao Centro de Niterói – e de sistemas de crédito (MACHADO, 2011), vender estes lotes era extremamente difícil.

Um documento realizado pelo MAI (Guia de Itaipu), em 1944, já destacava que o acesso à Região Oceânica de Niterói era extremamente difícil por terra, devido ao fato de existirem diversas montanhas, morros e muita vegetação densa, o que dificultava e desestimulava a ida à região, que na época contava com poucas estradas e caminhos para o acesso. Este também pode ser um dos motivos que influenciaram no “fracasso” do “Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga”.

Em 1945 foi aprovado o loteamento “Cidade Balneária de Itaipu”, pela Cia. de Desenvolvimento Territorial, que foi o maior loteamento da época. Este loteamento ficou marcado de forma infame por ter loteado por cima de partes da Lagoa de Itaipu, pois ao realizarem o processo de divisão e distribuição dos lotes, não analisaram as características físicas do local (CRUZ, 2015 & FIGUEIREDO, 2012). O mesmo determinou que os lotes teriam um tamanho padrão de 360 a 450 m², padrão este que se encontra até hoje na região.

Em 1946, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), foi realizada a abertura do Canal de Camboatá, que ligou as lagoas de Piratininga e Itaipu, sob o discurso de evitar inundações nas áreas marginais às mesmas (CRUZ, 2015). Esta obra acarretou na diminuição do espelho d’água em 48,35% de 1960 a 1986, porém, ampliou as áreas de loteamento (FIGUEIREDO, 2012).

⁵ A palavra “fracasso” esta entre aspas, pois o plano conseguiu chamar atenção de diversos investimentos imobiliários, ou seja, cumpriu parte de sua função.

Com a pavimentação da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), em 1950, houve um grande impulso em prol dos empreendimentos imobiliários na Região Oceânica, com, a partir da década de 1950, a aprovação de projetos de expansão urbana como os loteamentos: Mar Azul e Bairro Piratininga (MACHADO, 2011).

Durante a década de 1960 foi construído o túnel Roberto Silveira, que liga os bairros de São Francisco e Icaraí (Niterói – RJ). Este túnel facilitava o acesso, principalmente, da classe média às praias oceânicas de Niterói, num caminho que seguia paralelo à Baía de Guanabara (MACHADO, 2011).

O Rio de Janeiro, durante a década de 1970, vivia um intenso processo de expansão urbana e de infraestrutura, além de adensamento populacional, o que acarretava em inúmeros problemas socioeconômicos no município, como a sensação de perda de segurança e das amenidades – trânsito, barulho, pessoas em situação de rua, violência, poluição, superlotação, etc. – e a expansão das áreas periféricas e das favelas, gerando uma espécie de “caos urbano”. Este fato fez com que, somado a uma enorme difusão da imagem de Niterói como um município líder no fator qualidade de vida, muitas pessoas com uma boa capacidade financeira, principalmente a elite econômica, se interessassem em ir morar em Niterói, para fugir destas mazelas decorrentes do crescimento urbano.

A Prefeitura de Niterói, junto a construtoras e imobiliárias, realizou a elaboração de um projeto de urbanização para o município. O recém-editado (20 de julho de 1970) Código de Planejamento Urbano e de Obras de Niterói, definiu as áreas urbanas e as que eram passíveis de expansão, criando um cenário de intenso avanço imobiliário.

Na década de 1970, houve grandes obras de infraestrutura vinculadas ao interesse de expandir e conectar a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e de valorizar as terras na Região Oceânica de Niterói – nesta década, o Brasil vivia em plena ditadura militar, havendo uma grande centralização do poder estatal e do planejamento urbano, que se caracterizava, por exemplo, pelas grandes obras de infraestrutura no país e outras intervenções por parte do Estado (CRUZ, 2015 & MACHADO, 2011). A construção de ruas e rodovias, o aumento do número de outras obras vinculadas a infraestrutura e o adensamento populacional na região central de Niterói e no bairro de Icaraí, foram fatores que também acarretaram no aumento populacional da Região Oceânica de Niterói (FIGUEIREDO, 2012).

Como exemplo destas obras de infraestrutura na década de 70, temos: a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (1974) e a reforma e alargamento da Estrada Velha (que conecta a Região Oceânica ao Centro do município de Niterói), com ambas facilitando a locomoção e permitindo um rápido fluxo entre a região e os centros urbanos dos municípios de Niterói e do Rio de Janeiro. Como disse Lobão (2006 *apud* CRUZ, 2015 p. 66): “antes da inauguração da Ponte Rio Niterói, em 1974, a Região Oceânica de Niterói era praticamente deserta”.

Estas obras de infraestrutura integraram o “plano de ligação litorânea nacional” (MACHADO, 2011, p. 38), que fora essencial à estruturação do espaço urbano de Niterói. Através do redirecionamento dos investimentos públicos, que passavam agora a focar em uma expansão urbana e de infraestrutura local e regional – segregada –, impulsionados pela fomentação do sistema viário, se visou um alto crescimento do mercado imobiliário (MACHADO, 2011), fomentados pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo apoio da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (ADEMI-Niterói). Tudo isto no contexto da fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975), que ocasionou na perda do *status* de capital do estado por Niterói.

A partir de todas estas obras de infraestrutura voltadas ao fortalecimento do sistema viário, a Região Oceânica de Niterói se estabeleceu como o principal vetor de crescimento do município (MACHADO, 2011). A relação do Estado com o crescimento da Região Oceânica vai além do investimento em infraestrutura, tendo sido feitas diversas políticas ligadas às diretrizes de planejamento urbano que visavam acalorar os investimentos na região, tendo como principal interessado e parceiro o mercado imobiliário.

De acordo com Machado (2011) e Silva (2018), em 1976 o grupo chamado Veplan Residência comprou a área que estava sob posse da Companhia de Desenvolvimento Territorial de Itaipu, pois a mesma havia declarado falência – seguindo uma tendência de formação de grandes conglomerados no setor imobiliário, em discordância com o que se apresentava no início deste século⁶. Parte do loteamento “Cidade Balneária de Itaipu”, passou a estar inserido no recém-aprovado “Plano

⁶ A formação de conglomerados neste setor servia também como uma estratégia para aumentar a capacidade de investimentos, assim como para favorecer as condições jurídicas para a aprovação dos empreendimentos pretendidos (SILVA, 2018).

Estrutural de Itaipu” (Figura 4), com mudanças no loteamento original apenas onde hoje se localiza o bairro de Camboinhas, denominado no loteamento de “Bairro Atlântico”. O Plano previa a criação de centenas de lotes, centros de compras e nove escolas, ele seguia os moldes das cidades balneárias europeias e estadunidenses, sendo uma “comunidade planejada”. Através do alto poder de articulação da Veplan com empresas de crédito e da construção civil, houve uma aceleração dos empreendimentos na região da lagoa de Itaipu.

Figura 4 – Ilustração do Plano Estrutural de Itaipu.



Fonte: Machado (2011).

Machado (2011) descreve que o projeto atual previa mudanças nas margens da Lagoa de Itaipu, assim como a abertura de um canal permanente ligando o mar à mesma, na intenção de permitir o acesso das embarcações às áreas situadas no interior da lagoa. A empresa fez diversas obras de infraestrutura na área comprada, dando continuidade ao plano urbanístico pré-estabelecido. Ainda realizou a redefinição das margens da lagoa através de aterros e drenagens, o que provocou uma diminuição enorme do espelho d'água, prejudicando assim a biodiversidade da mesma (FIGUEIREDO, 2012).

O projeto da empresa sofreu uma Ação Popular movida na 3ª Vara Federal, em 1978, mobilizada pela sociedade civil, uma vez que a Prefeitura, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e os órgãos públicos, haviam aprovado o empreendimento (FIGUEIREDO, 2012). Durante as obras para loteamento da região, diversos sítios arqueológicos foram destruídos; o Sambaqui de Camboinhas foi descoberto por acaso durante as escavações do empreendimento e os objetos encontrados nos sítios da Duna Grande e Pequena foram alocados no recém-criado Museu Arqueológico de Itaipu (MAI), no local onde existia a capela local, construção histórica. Como bem explicita Wehrs (1984 *apud* FIGUEIREDO, 2012):

Na Região de Itaipu-Piratininga, o capital imobiliário com a intenção dos órgãos públicos promoveu alteração radical dos ecossistemas de restinga, dunas e lagunas. A Veplan-Residência o mais forte grupo imobiliário do Rio de Janeiro na época, com a aprovação do DNOS (Acir Campos). Do DNPV (Departamento Nacional de portos e vias Navegáveis, Arno Marcus). Da Prefeitura de Niterói (Moreira Franco) e conivência da SERLA e da FEEMA, desmataram e terraplanaram a restinga de Itaipu, incluindo Dunas e sítios arqueológicos, aterraram e modificaram a lagoa, para promover um extenso loteamento. (WEHRS, 1984, p. 248 *apud* FIGUEIREDO, 2012, p. 61)

O “Plano Estrutural de Itaipu” ainda consistia na criação de uma marina, na construção de apart-hóteis, praças, avenidas, edifícios, casas e, no meio da Lagoa de Itaipu, ilhas artificiais, geradas a partir de aterros. Os apart-hotéis, as ilhas e a marina foram vetadas devido à mobilização da sociedade civil – como dito a cima –, pois o poder público chegou a conclusão que as áreas que seriam afetadas pelas mesmas faziam parte de contextos de proteção ambiental (SILVA, 2018).

Outro embate importante aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, na luta pela preservação e estudos arqueológicos dos três sambaquis existentes na região de Itaipu e Camboinhas: Duna Grande, Duna Pequena e Camboinhas. Com a construtora Veplan sendo responsável pela destruição, com autorização do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de parte de dois destes – pois se encontram em áreas de

grande interesse imobiliário, com o Duna Pequena tendo sido destruído para a construção de novas vias de acesso e a criação de novos loteamentos e o Camboinhas estando soterrado por construções –, sendo o Duna Grande o único decentemente preservado (SILVA, 2018 & CRUZ, 2015). Este episódio teve uma grande mobilização do MAI e dos pescadores artesanais locais. O sítio arqueológico Duna Grande de Itaipu, está em processo de tombamento desde 1986, pelo IPHAN, até hoje não tendo se concretizado; os outros dois, apesar de parcialmente destruídos e soterrados, se encontram, desde 2006, em Área de Preservação Permanente (APP), sendo o de Camboinhas o sítio mais antigo já estudado no estado.

Em 1979 – com a autorização da Marinha – houve a construção do Canal de Itaipu (Figura 5), que liga a Lagoa de Itaipu ao Oceano Atlântico, feito pela Veplan, que separou a praia de Itaipu em duas, com a menor parte (ao Leste) permanecendo com o mesmo nome e a maior parte (ao Oeste) virando a praia de Camboinhas. A construção deste canal foi o marco da separação do bairro de Itaipu, surgindo um novo bairro (ao Oeste) chamado também de Camboinhas.

Figura 5 – Fotografia aérea do Canal de Itaipu (04/07/2022).



Fonte: <<https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/canal-da-lagoa-de-itaipu-em-niteroi-esta-fechado-ha-duas-semanas-16521059>>. Acesso em: 22/01/2023.

A construção do canal causou impactos devastadores na lagoa e em sua lagoa vizinha, a de Piratininga, modificando em larga escala o sistema lagunar da região: o ciclo de renovação das águas e da fauna da Lagoa de Itaipu foi rompido, foi realizada uma dragagem no fundo da mesma, o que gerou consequências imensas à Lagoa de Piratininga (MACHADO, 2011) e a abertura natural da barra em Piratininga ficou impossibilitada, devido à grande diminuição na quantidade de água acumulada na lagoa.

A dragagem da Lagoa de Itaipu foi realizada para aumentar parte da faixa de areia de Camboinhas, para facilitar que as embarcações de alto valor aquisitivo acessem a marina, cuja construção nunca fora realizada, e para possibilitar mais construções nos terrenos marginais às duas lagoas⁷. A cada ano que passa, a Lagoa de Itaipu está recebendo cada vez mais poluição, através do despejo do esgoto sanitário sem tratamento na mesma, degradando-a (CRUZ, 2015).

Além do suprimento de água, a abertura ainda afetou os níveis de nutrientes das lagoas, tendo a abertura permanente do canal afetado toda a fauna e flora dos ecossistemas de ambas as lagoas e das áreas no entorno das mesmas. O mar e as lagoas são sistemas hídricos contribuintes, sendo assim, estas ações provocam mudanças na produtividade de todos, de forma conjunta. Estes impactos então, logicamente, também afetam a dinâmica da pesca no local, uma vez que os pescadores locais pescavam, além de no mar, em ambas as lagoas (CRUZ, 2015). Este processo não só dividiu a faixa da praia de Itaipu em duas, como ainda isolou os portos de pescaria, que são, para a prática do arrasto e para os pescadores em geral, referências muito importantes no espaço.

O canal tem suas margens protegidas por rochas de grande porte, o que também foi um fator extremamente prejudicial para a pesca no local, uma vez que modifica a dinâmica das ondas e do processo de sedimentação no corpo hídrico, afetando também a dinâmica da fauna e, por sua vez, da pesca. O litoral, agora dividido em duas praias (Itaipu e Camboinhas), tem no canal uma barreira física e marco da segregação sócio-espacial na região, impedindo a integração e a vivência que sempre ocorreram entre estes dois locais, causando imensos impactos à comunidade de pescadores (MACHADO, 2011):

O canal passou a ser chamado “canal da vergonha” pelos moradores, por ter significado, além da divisão de Itaipu em duas praias, a queda da produção pesqueira e o distanciamento de pescadores que moravam ao redor da lagoa(...). (CRUZ, 2015 p. 69)

Segundo Machado (2011) a Veplan justificou a abertura do canal dizendo que a obra recuperaria a lagoa, preservando a mesma e mantendo o equilíbrio ecológico de toda a área ao redor. Todavia, esta abertura conectando a lagoa ao mar já era feita pelos pescadores, sempre que os mesmos julgavam necessário. Apesar das tentativas de

⁷ O espelho d'água da lagoa de Piratininga também diminuiu com a construção do canal, pois a mesma está ligada à lagoa de Itaipu pelo, também artificial, canal do Camboatá, como já mencionado – houve uma perda de 880.000 m² de área de espelho d'água nas duas lagoas somadas, até o ano de 2010 (CRUZ, 2015).

transferência da jurisdição das terras ao redor da lagoa ao INCRA e da lagoa ao Ministério da Agricultura, formalmente feitas junto ao Poder Executivo Federal pelo interventor da Colônia de Pesca (Hildo de Melo), os pescadores não ganharam esta disputa. A intenção era de passar a jurisdição da lagoa, ao final, à Colônia de Pescadores, para assim barrar as tentativas de privatização destas terras e áreas públicas pelo mercado imobiliário. A abertura do “canal da vergonha” fez com que a comunidade intensificasse sua resistência nas décadas seguintes, ao verem o grande perigo que os ameaçava.

Todas estas obras e empreendimentos em Itaipu e Camboinhas, valorizaram muito a região perante o setor do comércio e, principalmente, imobiliário. Em consequência deste processo a permanência da população que já habitava o local foi colocada em risco, devido a enorme especulação na área. Este processo aumentou muito os valores dos imóveis e das terras, porém diminuiu a renda e aumentou a dependência dos pescadores artesanais à venda de seu pescado, diminuindo cada vez mais as possibilidades de subsistência pela pesca e aumentando a disparidade socioeconômica. Em relação às consequências das investidas da Veplan em Itaipu e da criação de Camboinhas, a partir de uma perspectiva elitista de ocupação, em entrevistas com pescadores de Itaipu, Silva (2018) diz:

Começou na época de 70. Na época de 70, quando a Veplan entrou em Camboinhas, Camboinhas era só a restinga, e era mato puro. A Veplan para fazer empreendimento em Camboinhas, agora tá um modelo ali né, Camboinhas é um dos grandes modelos em Niterói. E ali na beira da Lagoa de Itaipu, em volta de Camboinhas ali morava aldeia de pescador, essa colônia de pescadores aqui tinha na lagoa lá, entendeu? E em 70 pra fazer o loteamento ali da Veplan em Camboinhas, eles abriram o canal e ali foram obrigados os moradores a se vender pra trocar de residência. Eles compraram as casas dos pescadores e eles saíram da beira da praia. Muitos pararam em Maravista, Engenho do Mato, outros foram pra Cantagalo, outros pro Largo da Batalha, e ali começou o enfraquecimento da pesca de Itaipu. Ali foi indo e foi indo, né, a tainha, ela tinha que o pescador ficar na beira da praia que a tainha, vinha com cardume, pescador morando na beira da praia, pescador cercava. (Informante em SILVA, 2015, p.24). (SILVA, 2018 p, 40-41)

Através de ações judiciais contra os até então moradores do local, a Veplan conseguiu o despejo de vários habitantes devido ao fato de que os mesmos não possuíam os documentos de posse de suas terras⁸. O pertencimento ao local e à sua casa, na comunidade dos pescadores de Itaipu, era feito pelo cotidiano e pela memória, sendo o fato deles habitarem e cuidarem do local, somado à ocupação de gerações de seus

⁸ Importante salientar que a prática de grilagem foi e é muito comum na Região Oceânica, e Itaipu, historicamente, foi cenário abundante desta tática de ocupação de terrenos, com os pescadores artesanais sendo os mais prejudicados, por muitas vezes não possuírem a posse legal de suas terras.

familiares nos mesmos, mais que provas de seu direito e pertencimento à terra e à casa, perante sua cultura e normas locais. Após muita disputa no campo jurídico, os pescadores que moravam na orla, na parte que não correspondia à área da colônia, foram retirados e indenizados segundo decisão judicial.

Dito isto, a CIA Territorial de Itaipu, empresa que possuía os títulos de terra antes da Veplan, fora muito contestada sobre a validade destes títulos, não só pelo fato de claramente desconhecer o terreno – loteando por cima de áreas submersas – como também por haver outro morador local ao qual era atribuída a compra da antiga Fazenda de Itaipu, havendo dois títulos de compra sobre a mesma propriedade. Apesar destes imbróglis com a justiça, a empresa manteve sua posse, e após, a vendeu para a Veplan.

Este avanço do capital não foi recebido sem uma grande resistência da comunidade de pescadores artesanais, mas que, todavia, apesar dos esforços acabou sendo empurrada a habitar – nos dias atuais – apenas a área conhecida como Canto de Itaipu, onde há o Sítio da Jaqueira e a Vila dos Pescadores. Sendo a luta contra o setor imobiliário e a consequente expulsão da comunidade da região, um dos marcos do ativismo pelos direitos dos pescadores artesanais em Itaipu. Como cita Lima (1997): “toda a região em volta da lagoa de Itaipu, inclusive as duas restingas (que separam as duas lagoas de Itaipu do mar), estava sendo loteada e urbanizada pela Veplan, que por isso, retirou de suas terras todos os moradores na maioria antigos pescadores” (LIMA, 1997, p. 50 *apud* CRUZ, 2015 p. 68)⁹.

O incrível adensamento populacional enfrentado pelas regiões litorâneas nesta década e em diante, só foi possível devido à exaustão de financiamento de apartamentos em Icaraí, que colocou Itaipu e Piratininga no centro do interesse imobiliário: uma região pouco habitada, com enormes belezas paisagísticas e diversas outras amenidades, uma região perfeita para absorver esta intensa expansão urbana no município.

O modelo de governo que permitiu estas modificações no espaço da Região Oceânica de Niterói se pauta em uma lógica neoliberal, onde a cidade se torna um palco de disputa entre diversos agentes, colocando o capital privado e o empreendedorismo urbano à frente das questões sociais, analisando o espaço através de uma ótica

⁹ Interessante analisar uma nota que fora lançada pelo jornal O Fluminense (jornal local de Niterói) no dia 24 de julho de 1978, sobre os empreendimentos da empresa Veplan: “Ninguém tem dúvidas de quantos benefícios o projeto da Veplan em Itaipu trará a Niterói como cidade de lazer e turismo”. Esta nota evidencia todo o marketing utilizado para convencer a população da positividade deste intenso processo imobiliário, o que contrasta com os reais impactos do mesmo, como já analisado (CRUZ, 2015).

capitalista que somente enxerga o valor de troca dos objetos e dos locais, uma lógica, como pôde ser observado, apoiada e incentivada pela Prefeitura de Niterói. A territorialização se torna uma estratégia de apropriação privada dos espaços (MACHADO, 2011), onde o planejamento urbano passou a encorajar o crescimento urbano exponencial, com o planejador se confundindo, cada vez mais, com o empreendedor. Os espaços e os tempos que não se enquadram na lógica do capital são destruídos ou se tornam subordinados ao mesmo (MACHADO, 2011).

Conforme nos diz Machado (2011), durante a década de 1970 a presença do Estado como principal agente de produção do espaço era inquestionável. O mesmo, inserido na lógica capitalista, frequentemente colocou os interesses dos grupos dominantes política e economicamente, acima dos da população em geral, acelerando o processo de elitização dos espaços de maior interesse financeiro, e, conseqüentemente, marginalizando e jogando à periferia as classes de baixa renda, aprofundando assim, as desigualdades socioeconômicas da sociedade. Esta década foi um marco no processo de produção espacial da região (MACHADO, 2011), onde o Estado junto ao capital imobiliário, numa parceria público-privada, realizaram projetos que geraram um intenso processo de segregação socioespacial na região fluminense. Vale lembrar que a criação do bairro de Camboinhas teve consentimento dos governos municipal, estadual e federal, ao longo do final do período da Ditadura Militar (1964-1985) (MACHADO, 2011).

Segundo Silva (2018), no início da década de 1980, um ano após a criação do bairro de Camboinhas, foram criados os loteamentos especiais na Região Oceânica de Niterói (de acordo com a deliberação nº2705 de 1970¹⁰). Estes loteamentos consistem em condomínios horizontais, que ofereciam: segurança, proximidade com praias e lagoas e um alto padrão de qualidade habitacional e de infraestrutura, o que, por sua vez, atraiu o interesse de muitos empreendimentos. Nesta mesma década, houve a falência da construtora Veplan, culminada após uma gradual diminuição na velocidade de implementação do projeto previsto pela empresa aos bairros de Camboinhas, Itaipu e Piratininga; este fato pode ser associado aos problemas econômicos do Brasil durante este período. Este fator, entretanto, não cessou a expansão urbana na Região Oceânica, com o loteamento de grandes áreas e o surgimento de novos bairros, devido à intensa

¹⁰http://www.pgm.niteroi.rj.gov.br/leis/Del_n2705_Codigo_Planejamento_Urbano_Obras_de_Niteroi.pdf

especulação imobiliária, “da noite para o dia” (FONTENELLE & CORRÊA, 2013, p. 176). Como bem lembra Fontenelle e Corrêa (2013):

(...)as novas exigências decorrentes da Constituição de 1988 culminaram em uma série instrumentos legais de intervenção e controle urbano e ambiental, onde o poder municipal atua ambigualmente como promotor da especulação imobiliária, ordenador e fiscalizador do uso e cobertura do solo e corresponsável pela preservação de unidades de conservação ou quaisquer outras áreas protegidas por legislação ambiental ou do patrimônio cultural. (FONTENELLE & CORRÊA, 2013, p. 177)

Na década seguinte (1990), o Plano Diretor de Niterói foi criado (lei nº1157/92), designando para a Região Oceânica: “áreas de interesse social, ambiental, turístico, pesqueiro e urbanístico” (MACHADO, 2011, p. 40). Neste plano, fica nítido o objetivo por parte do Estado de manter as amenidades que tanto atraem os empreendimentos imobiliários à região, somado a isto, o governo munuiu a área de projetos vinculados ao desenvolvimento e criação de infraestrutura urbana, incluindo o alargamento da Estrada Francisco da Cruz Nunes, em 1991, que expandiu em muito o comércio na Região Oceânica, servindo como novas oportunidades de sobrevivência para muitos pescadores e seus familiares, após o processo de exclusão que passaram. Estes dois fatores valorizaram ainda mais a região, que já era muito visada pelo capital imobiliário. Não sendo por coincidência que a Região Oceânica de Niterói foi a que mais cresceu no município (Figura 6) – continuaria sendo o principal vetor de expansão urbana do município, devido à concentração alta de áreas preservadas e pela vasta disponibilidade de terrenos, em relação às outras regiões do município –, levando a um processo de intensificação da homogeneização das classes sociais na área, com uma concentração da população de alta renda (MACHADO, 2011).

Figura 6 – Tabela da taxa média geométrica de crescimento anual em Niterói (RJ)(%).

Localidade	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	1980/1991	1991/1996	1991/2000
Niterói	0,86	0,64	0,58
Região das Praias da Baía	0,29	-0,11	-0,20
Região Norte	0,21	0,06	-0,20
Região de Pendotiba	1,67	1,88	1,49
Região Leste	2,56	0,48	2,07
Região Oceânica	9,60	5,63	5,92
Cafubá	3,77	1,73	4,50
Camboinhas	14,85	8,80	13,36
Itacoatiara	3,62	2,87	3,31
Itaipu	10,39	5,53	5,04
Jacaré	5,92	6,08	5,43
Engenho do Mato	12,56	8,39	8,38
Piratinunga	11,08	4,66	5,04

Fonte: Machado (2011).

Devido ao intenso investimento público e à massiva ação especulativa por parte do setor imobiliário na Região Oceânica, houve uma evolução enorme nas infraestruturas da região, seguido pelo rápido aumento na densidade demográfica da maioria dos bairros da mesma, sendo a região com os maiores índices de crescimento populacional por três décadas seguidas em Niterói (1970, 1980, 1990).

Da década de 1970 até os anos 2000 houve um aumento enorme do contingente populacional de toda Região Oceânica, quintuplicando o número da população na região, tendo, na década de 80 a taxa de crescimento demográfico anual sido de 10%, quando em Niterói como um todo, o crescimento era de apenas 1% (SILVA, 2018). Neste período de 30 anos as áreas de média e alta densidade urbana foram de 2,4% para 38,8%, ou seja, um crescimento de mais de dezesseis vezes no percentual, tendo um crescimento de 112% das áreas urbanizadas e de 600% no número de domicílios no local (SILVA, 2018). O Plano Urbanístico Regional (PUR) da Região Oceânica de Niterói foi aprovado em 2002, sendo o principal instrumento de planejamento urbano-ambiental e de controle do território nesta região.

Entre os anos de 2015 e 2017 ocorreram as obras da Transoceânica¹¹ e a abertura do túnel Charitas-Cafubá, que tornaram o trajeto Região Oceânica-Centro muito mais rápido, principalmente para os ônibus. Estas obras favoreceram em muito o mercado imobiliário na região, assim como facilitaram o fluxo pendular dos moradores da mesma, que trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro, principalmente, e no Centro de Niterói.

Percebe-se hoje em Itaipu, uma nova aceleração no processo de ocupação elitista do espaço, com o surgimento cada vez mais intenso de condomínios fechados, cada vez mais próximos da orla, sufocando o Canto de Itaipu, que nunca deixou de estar sob ameaça: tentativas de grilagem; acusações de crimes supostamente cometidos pelos pescadores no local, na intenção de criminalizá-los; acusações de depredação do meio ambiente, culpando os pescadores; e acusações de ocupações do tipo encarado como favelas (em tom depreciativo) no Morro das Andorinhas e na Vila dos Pescadores, estas acusações todas, com intuito de deslegitimar os vínculos tradicionais com a prática e o local, assim como estigmatizar negativamente os pescadores perante a opinião pública. Observa-se nos últimos anos intensas ofensivas do setor imobiliário na orla da Lagoa de Itaipu (SILVA, 2018).

A expansão urbana em direção à Região Oceânica de Niterói se deve muito pela integração da metrópole, acarretada pela expansão do sistema viário pela mesma, diminuindo distâncias em relação ao tempo e conectando o território fluminense, principalmente pelas rodovias de integração nacional.

Este plano urbanístico colocado em prática pela Veplan Residências na década de 1970 foi extremamente elitista e segregador, expulsando os pescadores artesanais de todo o bairro de Camboinhas, assim como empurrando-os para o resquício do que já fora a comunidade de pescadores de Itaipu, apenas resistindo o Canto de Itaipu, com um tamanho ínfimo perto do anterior e um acesso a uma parte da faixa de areia menor ainda. A dinâmica da pesca foi brutalmente modificada, resultando numa diminuição muito grande da atividade na área, assim como na fuga de muitos pescadores e suas famílias da localidade, partindo para bairros menos valorizados pelo setor imobiliário:

Condomínios residenciais mais sofisticados foram construídos na parte da praia de Itaipu [que] passou a ser denominada de Camboinhas, e os

¹¹ Pista segregada exclusiva para ônibus, parecido com o BRT existente no município do Rio de Janeiro. A mesma vai desde o bairro de Charitas, passando pelo túnel Charitas-Cafubá e adentrando na Região Oceânica.

pescadores que lá residiam mudaram-se para bairros distantes e favelizados como Engenho do Mato, Jacaré, Cantagalo e Mar à Vista. (COSTA, 2001, p. 49 apud CRUZ, 2015, p. 68)

De acordo com estudos de Cruz (2015), a Veplan, de início, solicitou a saída dos antigos moradores da Praia de Itaipu, oferecendo-lhes indenizações ou outras moradias em diferentes locais, como forma de compensação. Todavia, com o passar do tempo, foi expulsando os mesmos através da pressão imobiliária, fazendo com que muitos moradores que não haviam aceitado os acordos acabassem por se mudar devido às condições cada vez menos acessíveis para sua permanência. Também foram relatadas formas agressivas de coerção tanto da Veplan quanto do poder público perante os antigos moradores, dentre eles, os pescadores. Este processo migratório resultou numa enorme diminuição na manutenção das tradições e cultura da pesca artesanal em Itaipu, pois uma vez distantes da praia, estas famílias que viviam da pesca tinham seus antigos hábitos e estilos de vida completamente alterados. Não menos importante, a Veplan ainda conseguiu a posse da Igreja de São Sebastião de Itaipu, muito importante para a comunidade de pescadores local, devido à sua importância perante as tradições religiosas deles.

O que se percebe na região é um processo intenso de fragmentação do território, antes dominado pela lógica tradicional do modo de vida dos pescadores artesanais. Uma ocupação que gera desigualdades ao fraturar e desconectar os territórios. O planejamento da expansão urbana tanto na Região Oceânica quanto em Itaipu foi pensado desconsiderando completamente as comunidades tradicionais seculares que a habitam, de forma a privilegiar completamente o setor imobiliário partindo de um plano de ocupação e loteamento baseado em cidades dos Estados Unidos da América, ignorando as especificidades locais da região (SILVA, 2018).

Até a década de 1970, a Vila dos Pescadores de Itaipu permanecia relativamente isolada, tendo na pesca, o principal motor econômico da região (CRUZ, 2015) (Figura 7). Existiam casas e barracões de pesca (Campanhas de Arrasto) por toda a extensão da praia e do entorno da Lagoa de Itaipu, feitas a partir dos materiais encontrados no local. Já com a criação do bairro de Camboinhas houve uma transformação no espaço, mudando completamente a configuração de suas relações e modernizando os aparatos infraestruturais, numa nítida manobra para atrair um público de alta renda, passando por cima dos antigos moradores.

Figura 7 – Fotografia de indivíduos da comunidade de pescadores de Itaipu, na década de 1960.



Fonte: Faces de Itaipu: As Expressões do Passado Pelas Lentes de Ruy Lopes (2020).

Segundo relato de Tânia Rodrigues Lopes, parente de pescadores, em sua entrevista para Cruz (2015, p. 67), a mesma diz temer muito pelo fim da tradição pesqueira na família. Lembra que até a década de 1960 a pescaria de arrastão era muito forte na praia, tendo nas décadas posteriores começado a diminuir consideravelmente.

(...)na década de 1960 havia por volta de 30 pescarias de arrastão na praia de Itaipu e que já em 1970 (na época do seu pai) esse número já tinha caído para 20. (...)de 1960 a 1980 as companhias diminuíram em aproximadamente 20 e desta época até hoje diminuíram em aproximadamente 10. (CRUZ, 2015, p. 67)

Tânia diz em sua entrevista temer pelo fim da atividade na Praia de Itaipu, salientando a diminuição da pesca de arrasto em Itaipu e o fato de que os filhos dos pescadores estão cada vez menos interessados em seguirem nestas carreiras: “a pescaria hoje em dia não sustenta mais família” (CRUZ, 2015, p. 67). Isto contrasta em muito quando se analisa a pesca na região antes da expansão urbana, estando a mesma fortemente presente por toda orla (Figura 8).

Figura 8 – Mapa dos pontos de pesca em Itaipu e atual Camboinhas.



Fonte: MAI (2018).

Os impactos ambientais do processo de criação do bairro de Camboinhas e da ocupação e expansão urbana em Itaipu e Piratininga foram extremamente danosas para o meio ambiente, ocorreram: dragagens, aterros, modificações nas margens das lagoas, destruição de parte das matas ciliares das mesmas (restingas, brejos e mangues), destruição de parte da restinga das faixas de areia das praias, planificação de parte das dunas de areia, aumento expressivo do lançamento de esgoto domiciliar nas lagoas e mudanças nas dinâmicas dos corpos hídricos, em decorrência do grande crescimento da densidade populacional nestas áreas. Sobre os impactos ambientais decorrentes da expansão urbana em direção ao bairro de Itaipu:

O crescimento na construção de imóveis provocou o avanço sobre áreas de vegetação secundária, de solo exposto e Mata Atlântica, fazendo com que, desde a década de 1970 estas áreas passassem de 48,85% para 41,04%, com destaque para a sub-bacia da Lagoa (laguna) de Itaipu. (CRUZ, 2015, p. 71)

Estes fatores foram ainda mais danosos para os já oprimidos pescadores artesanais de Itaipu, que tiveram seu modo de vida e sua atividade extremamente afetados, com danos irreparáveis e sentidos profundamente até os dias atuais. Com a criação do Canal de Itaipu os pescadores locais relataram um grande empobrecimento biológico das espécies de pescado e dos camarões nas lagoas. Os mesmos acusam o despejo de esgoto e a diminuição do volume hídrico como sendo as causas (SILVA, 2018).

CAPÍTULO 2 – AUTOSSEGREGAÇÃO E COMUNIDADE

Neste segundo capítulo iremos analisar criticamente as consequências socioespaciais causadas à comunidade de pescadores de Itaipu, devido ao processo intenso de autossegregação habitacional e elitização da região. Neste capítulo iremos utilizar duas referências conceituais (conceito de *comunidade* e *autossegregação*) para melhor compreender e desenvolver o objetivo específico deste.

Ao se falar sobre a Vila de Pescadores e o Canto de Itaipu é necessário determinar o que define este grupo como comunidade e qual a sua identidade. Primeiramente, o fato de se dizer pertencente a um local, já nos remete ao lugar, sendo a “Vila”, o “Canto”, a “praia” e Itaipu locais determinantes para a formação da identidade desta comunidade tradicional. Tradicional, pois possui sua própria história, tradições, memórias, crenças, rituais, mitos fundadores, uma relação de equilíbrio e respeito com os recursos naturais locais e uma ancestralidade, todos vinculados diretamente à pesca e inerentes à mesma (CRUZ, 2015), territorializando de forma distinta o local onde habitam.

Os pescadores artesanais de Itaipu agem sobre mecanismos de regulação e normas internas ao próprio grupo. Estes pescadores têm sua identidade marcada pela vivência com o mar, praticando a pequena pesca, utilizada para consumo pela família e para o comércio, sendo a unidade de produção familiar e a tripulação composta de familiares e conhecidos, que compõem as *companhas*¹². As gerações familiares estão conectadas intrinsecamente à pesca¹³, passando os conhecimentos e memórias de pais para filhos, através da oralidade, em linhagens consuetudinárias que garantem a sobrevivência das tradições, assim como visto em diversas entrevistas realizadas por Cruz (2015, p. 51-52). Sobre a classificação de uma comunidade como sendo tradicional, Cruz (2015) diz:

Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda afirmam que se podem classificar como comunidades tradicionais, aqueles grupos que mantêm certa distância da sociedade ampla por apresentarem maior relação com uso e manejo dos recursos naturais, dando importância à unidade familiar, doméstica ou

¹² Grupo de profissionais de pesca com tarefas e habilidades específicas, que variam conforme o tipo de captura a que se dedicam (CRUZ, 2015, p. 53).

¹³ E os núcleos familiares entre si, numa clara diferença com o modelo de família visto cada vez mais nas cidades capitalistas, onde os núcleos são unifamiliares, distantes uns dos outros, perdendo-se o senso de união, coletividade e de sociedade. Quando se analisa o tipo de modelo familiar proposto nos empreendimentos de moradia em condomínios, observa-se uma clara distinção entre estes grupos: classe média e elite e os pescadores artesanais.

comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. (CRUZ, 2015, p. 52)

Quando analisamos o espaço de Itaipu nos deparamos com uma realidade explicada pelo conceito de *autossegregação* (SILVA, 2000; MELO, 2012; CALDEIRA, 1997; FREY & DUARTE, 2006), que deriva do conceito de *segregação socioespacial*, assim como a *segregação induzida*. A autossegregação se define pelo ato das camadas médias e da elite se autossegregarem em espaços produzidos para o isolamento, desde condomínios fechados até bairros isolados, sempre focando nos fatores de segurança, vigilância e controle, como forma de criar espaços protegidos “das ameaças externas” e que possuam as características desejadas por estas classes para uma boa qualidade de vida, em um meio urbano cada vez mais caótico. Este processo é realizado pelo mercado imobiliário, em parceria com o Estado e outros agentes, que buscam formas de acumular capital frente uma sociedade cada vez mais desigual. Fator que acaba só intensificando este problema.

A segregação induzida se tem quando um determinado grupo de pessoas – geralmente pobres economicamente e, falando sobre o Brasil especificamente, em sua maioria pretas – são “empurradas” através da especulação imobiliária, altos custos de vida, preconceito, racismo, discriminação e falta de oportunidades de emprego para áreas menos ou sem quase nenhuma valorização no mercado, onde podem se estabelecer e morar, locais onde geralmente a infraestrutura é muito escassa e os serviços sociais são ineficientes. É importante lembrar que sempre que um indivíduo ou grupo se autossegrega ele induz a segregação de quem não quer por perto, sendo assim, sempre que se observa o processo de autossegregação em um espaço, se encontra, próximo, o da segregação induzida.

No caso de Itaipu, a autossegregação se desenha na construção de diversos condomínios de classe média e de luxo¹⁴ (Figuras 9 e 10), com o bairro perdendo cada vez mais suas áreas públicas, ao mesmo tempo em que diversos equipamentos de controle e vigilância surgem. O bairro segue um processo de intensa valorização do solo, expulsão dos moradores de baixo poder aquisitivo e intensa chegada de novos moradores de classes econômicas mais abastadas.

¹⁴ Atualmente em Itaipu existem dez condomínios: Ubá Itaipu, Horizontal Residence, Vale de Itaipu, AMOLI Itaipu, Terra Verde, Boa Vista, Green Village, Costa Bella, Village Itaipu e Gran Sole. Condomínios de classe média e de luxo, com casas e apartamentos de no mínimo 400mil reais, até mais de 3milhões, segundo pesquisa realizada em diversos sites de imóveis (ZAP Imóveis, Chaves na Mão, Trovit, SPIN Inovações Imobiliárias e Imóvel Guide).

Figura 9 – Fotografia da entrada do Condomínio Grotão, situado na Estrada Francisco da Cruz Nunes com entrada pela Rua Juriti¹⁵.



Fonte: Costa (2013).

Figura 10 – Fotografia da entrada do Condomínio Aldeia de Itaipu, situado na Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 5865¹⁶.



Fonte: Costa (2013).

Para se compreender as diferenças entre os grupos que estão chegando em Itaipu e reterritorializando o bairro, a partir das ações do mercado imobiliário, e a comunidade

¹⁵ Este condomínio apresenta 90 lotes com aproximadamente 2 vagas por lote residencial (COSTA, 2013, p. 83).

¹⁶ Este condomínio apresenta 51 lotes e aproximadamente 2 vagas por lote residencial (COSTA, 2013, p. 82).

de pescadores artesanais local, o conceito de *comunidade* de Bauman (2003) faz-se de muito bom uso. Este conceito diz que a comunidade representaria um grupo de indivíduos humanos unidos por hábitos compartilhados, auto-suficiente e homogêneo (STASIAK, 2006). Todavia, estas comunidades começam a se desestabilizar, quando as trocas com a sociedade mais ampla passam a ser mais intensas do que as relações internas do grupo. Uma comunidade saudável necessita de ser estruturada a partir do compartilhamento mútuo, com direitos iguais garantidos a todos os seres humanos, assim como a igual capacidade dos indivíduos de lutarem pela garantia destes direitos, inalienáveis.

Bauman (2003) analisa as comunidades existentes como podendo ser agrupadas em duas classes distintas e opostas entre si: comunidades estéticas e comunidades éticas. Conforme nos diz Stasiak (2006), as estéticas não possuem conexões nem vínculos profundos, suas relações são efêmeras, supérfluas e acontecem simplesmente pelo momento, como consequência de interesses, necessidade, não são relações baseadas na ética. Relações estas que não se sustentam em tempos de crise, pois, verdadeiramente nunca existiram além das aparências, só se sustentam em seus atos e são apenas experimentais, não sendo fruto do cotidiano e sim de laços carnavalescos (STASIAK, 2006).

Já a ética, pode-se dizer que é em quase tudo oposta à estética. É formada por relações de compromisso, dever, ética e moral, relações a longo prazo onde os direitos não se separam dos deveres, com o respeito e a obrigação a ambos sendo de consciência do coletivo e respeitada de forma total, pois são institucionalizados na prática. Uma comunidade consuetudinária, guiada pelos compartilhamentos fraternos, que reforçam as noções de ética e a moral do grupo nos indivíduos, pois os mesmos as aprendem dentro do próprio círculo familiar: “de pai pra filho”. Este fator propicia uma espécie de proteção comunitária contra problemas vinculados a uma sociedade individualista, que carrega em si diversas contradições e problemas em seu âmago.

Quando se observa estes dois conceitos, analisando o que Bauman (2003) diz, pode-se perceber uma clara semelhança entre estas duas comunidades: ambas enxergam na segurança de seus territórios, sua liberdade. Relacionando com o objeto deste trabalho, os pescadores estão sofrendo constantes ataques de diversos agentes hegemônicos e precisam, para a garantia da manutenção de sua comunidade, ou seja, para terem a liberdade de continuarem a exercer suas práticas e estilo de vida, proteger

seu território. Já a população de classe média e alta que visa se fechar em condomínios, teme o exterior e quer se proteger do mesmo, devido a um intenso medo da violência vinda de uma sociedade cada vez mais desigual. Todavia, o temor destes últimos é muito influenciado por uma mídia sensacionalista, ideais racistas e preconceituosos para com as classes mais pobres e uma intensa publicidade por parte do mercado imobiliário – que justifica este medo e “vende” uma solução. Dito isto, estes moradores também lidam com outros agentes que, em sua percepção, visam acabar com as amenidades que os mesmos tanto prezam nos bairros que vivem, estando nesta perspectiva, também lutando para preservarem seu território.

Obviamente que qualquer comparação deve ser feita com cuidado, uma vez que os pescadores artesanais têm um direito histórico e legítimo ao seu território – e a boa parte dos que os condomínios e casas de classe alta e média ocupam –, além de preservarem a natureza, conseguirem conviver de forma sustentável em comunidade e garantirem o estado de uso público e democrático dos espaços. Já os moradores das classes altas e médias: chegaram ao bairro de Itaipu através de um processo de expulsão e expropriação da antiga população; têm uma relação totalmente destrutiva com a natureza, com os empreendimentos devastando áreas de vegetação, lançando esgoto domiciliar nos corpos hídricos, etc.; e ameaçam o caráter público e democrático dos espaços, através de privatizações, vigilância, controle, segurança e cercamentos ilegais nos espaços.

As comunidades autosssegadas aqui analisadas, claramente se posicionam no grupo das comunidades estéticas de Bauman (2003), por se tratarem de grupos com relações sociais pobres, esvaziadas, que procuram no isolamento sua segurança, mas tem nele a própria morte de suas vidas sociais e urbanas. São individualistas, não ligam para o coletivo e estão presos cada vez mais numa sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003), extremamente consumista e ávida por entretenimentos artificializados e *status*. A comunidade de pescadores, obviamente, se posiciona na comunidade ética, pois: se baseia em um compartilhamento de memórias, tradições e vivências, coletivamente, de forma consuetudinária e geracional; possui uma ordem respeitada por todos – lei da vez e a lei do respeito –, que garante uma harmonia, o bem-estar da comunidade e o acesso igual de recursos a todos; e pelo fato de existir um cuidado perante o próximo, um objetivo compartilhado por todos, de união e apoio mútuos. Os pescadores seguem uma ética de respeito ao território, seu uso e sua preservação, sendo as regras determinadas

por “acordos de cavalheiros” e respeitadas por todos. Suas práticas ligadas à dinâmica da praia, do mar e à apropriação dos recursos são realizadas em comum acordo e de forma a respeitar o uso comum e em igualdade para todos (CRUZ, 2015).

Bauman (2003) diz que esta busca por segurança e liberdade é um paradoxo, pois a segurança se dá às custas da liberdade e vice-versa. Os moradores destes condomínios estão cada vez mais presos dentro de seus núcleos unifamiliares, alienados da vida social plena e distantes dos espaços democráticos, aqueles onde o uso é comum e as produções são singulares, originais e cruas. Estão fadados a viver em um mundo virtual, que tenta imitar esta realidade cada vez mais distante dos mesmos. Tentam reproduzir, dentro de seus muros, práticas que remetam aos espaços comunitários e coletivos, mas, como já abordado, não se passam de relações carnavalescas, efêmeras e vazias, se torna cada vez mais difícil a existência de relações verdadeiras e profundas em uma comunidade marcada pelo ego, consumismo, medo e *status* social. O fascínio pelo mito moderno de segurança (BAUMAN, 2003) os isola e deles tira toda a liberdade, com os mesmos sempre emergindo em estratégias fúteis para tentar imitar, de forma controlada, limitada e falsa – pois não se pode imitar algo tão amplo, complexo, intangível e amórfico, como a vida –, a vida propiciada nos espaços já não existentes em seus cotidianos, sendo estes meros eventos sociais ilusórios.

Já os pescadores artesanais de Itaipu sofrem de outro mal. Os mesmos precisam usar de estratégias que reforcem sua comunidade e sua identidade, precisam reforçar e até reviver tradições, tudo isso como forma de assegurar seu território e seu estilo de vida – a necessidade do pedido de reconhecimento vem do sentimento de prejuízo na interação com a sociedade mais ampla. Sendo assim, ficam reféns de um passado muitas vezes quase apagado para poderem permanecer resistindo. É uma comunidade que está fadada a ter que comprovar sua tradicionalidade, através de sua história e suas práticas presentes, necessitando estar em constante resgate e manutenção do passado. Isto se dá pelo motivo de serem uma comunidade já muito fragilizada, onde as trocas com o exterior já superam em muito as trocas internas à mesma.

A globalização já chegou há muito no Canto de Itaipu e na Vila dos Pescadores, a pesca não é mais a mesma, as tradições não se mantiveram todas, muitos filhos e filhas de pescadores não querem mais ter a ver com a pesca, a comunidade se enfraqueceu. Pode-se dizer que a busca pela segurança, esteja acabando com suas liberdades, pois a segurança reside numa eterna busca pelo reviver da memória.

Bauman (2003) atenta para o paradoxo da busca pela identidade, pois, esta comunidade artesanal almeja mostrar-se singular (tradicional) apontando suas diferenças perante a sociedade mais ampla (capitalista), o que se desenha como uma fissura nas noções de homogeneidade – pois se é diferente – e de compartilhamento – pois busca desvincular-se, o que afeta as relações entre ambas –, essenciais na visão de Bauman (2003) sobre o que definiria uma comunidade. Daí a importância de não se enxergar a cultura da pesca em Itaipu de forma essencialista, a mesma não sendo resumida apenas por sua identidade e tradições, havendo uma série de transformações sociais e econômicas ao longo das últimas décadas que mudaram completamente esta comunidade, sendo algo novo e contextualizado em seu espaço/tempo, apesar de manter parte de suas bases tradicionais. Como muito bem aponta Cruz (2015):

Ainda que tenham cedido a modalidades mais individualizadas no exercício da pesca, a presença dos pescadores artesanais na praia após toda a trajetória de impactos descrita e desarticulação das companhias [ainda existem em Itaipu porém tiveram seu eixo de trabalho modificado] pela escassez de pescado e pescadores interessados em exercer a atividade, demonstra a profunda capacidade de reinvenção destes trabalhadores. Parte das regras informais costumeiras foi desconectada, parte está enfraquecendo, mas muitas continuam regulando comportamentos, mantendo a divisão tradicional da praia e o controle de acesso das áreas de pesca. Instituições são dinâmicas e seus alicerces também se modificam. (COSTA, 2011, p. 49 *apud* CRUZ, 2015, p. 61)

O passado e o presente se juntam para moldar o futuro, o novo e o velho podem coexistir e até criar algo novo, as tradições mudam, as comunidades evoluem, assim como os estilos de vida, as técnicas e as ferramentas de trabalho. O pescador nunca será o que já foi e isto não é de todo o ruim, pois mostra que os mesmos não estão parados no tempo, estagnados, até porque isto seria impossível. Não existe cultura pura, a mesma se configura em um equilíbrio tênue entre diferentes formas de relações sociais entre dominantes e dominados, “a cultura permeia os conflitos entre o surgimento do processo capitalista e a conduta não econômica advinda da resistência dos costumes” (CRUZ, 2015, p. 61). Cria-se o novo com base na memória e no presente, nas tradições e na oralidade, primeiro a comunidade deve sobreviver, depois se reerguer e, por último, se estabilizar territorialmente¹⁷.

Em Itaipu algumas das regras consuetudinárias foram extintas, outras não. Certos aspectos culturais ressurgiram, se adaptaram, foram substituídos ou

¹⁷ O território, neste caso, deve ser visto como território usado, ou seja, o chão mais a identidade: o sentimento de pertencimento àquilo que nos é de pertence. Este território é lugar intrínseco ao trabalho, à moradia e às trocas espirituais e materiais, inerentes ao viver (SILVA, 2018, p. 96).

permaneceram iguais (CRUZ, 2015). A reinvenção e a readaptação são fatores cruciais para a manutenção de uma comunidade tradicional, sem essa capacidade de perpetuação através das mudanças socioeconômicas nos contextos em que estão inseridos, o fim seria certo.

Os pescadores almejam a sua segurança existencial, engendrada em relações coletivas no espaço e nos recursos naturais (FERREIRA, 2013). Já os novos moradores, almejam uma segurança material e patrimonial (FERREIRA, 2013), assim como desfrutar das amenidades proporcionadas pela localização deste bairro mais distante dos centros urbanos, sem que percam os prazeres, facilidades, serviços e infraestruturas proporcionadas pela metrópole. Viver em comunidade está longe de ser algo pacífico, Bauman (2003) salienta que uma comunidade vive em constante discórdia interna e enfrenta, sempre, diversos inimigos externos, muitas das vezes “invisíveis”. Sendo assim, viver em comunidade não é sinônimo de tranquilidade, paz e segurança, muito pelo contrário.

Bauman (2003) fala sobre a possibilidade de confraternidade entre diferentes culturas, através de ideais de cumplicidade e confiança, quando uma abra-se à outra, pode haver uma colaboração que beneficiará ambas, estabelecendo pontes e relações de segurança e superação dos conflitos. Os muros erguidos, físicos e ideológicos, de resistência e oposição às culturas distanciam as comunidades, impedindo que ambas consigam completar seu propósito: abrigar os indivíduos plenamente. Não adianta reconhecer as culturas, nem as mesmas coexistirem em espaços físicos próximos, se não há um relacionamento entre elas. É necessária a união das culturas, a criação de relações fortes, longínquas e éticas entre as mesmas, não basta tolerarem ou até aceitarem a existência uma da outra, deve-se conviver de forma compartilhada, pondo fim aos isolamentos. Infelizmente, quando se observa o processo de autossegregação em Itaipu, percebe-se o oposto: o fortalecimento da ideia de isolamento e o distanciamento das diferentes culturas – comunidade tradicional e classes média e alta.

A chegada da modernidade é ameaçadora, pois a mesma possui a capacidade de destruir comunidades (FERREIRA, 2013). Os pescadores de Itaipu enfrentam as mazelas da chegada dela há décadas, não que não existam benefícios, mas os custos sociais, com o apagamento das tradições, costumes e valores, são enormes. Os hábitos, valores e o cotidiano modernos, são implementados em detrimento da identidade pesqueira, muito vinculada ao passado. A relação de passado e presente, ainda mais

nestas comunidades tradicionais que conseguiram, de uma forma ou de outra, preservarem seu modo de vida, é uma relação anacrônica, exposta tanto nos aspectos visíveis do ambiente como nas relações sociais e de trabalho – como no caso da Vila dos Pescadores –, em que no caso dos pescadores, estas duas esferas (social e do trabalho) são indissociáveis.

A velocidade das mudanças e das relações sociais nesta comunidade é bem mais lenta, não é expressamente capitalista e globalizada. Os pescadores seguem seu próprio tempo, que está de acordo com suas obrigações para/com a comunidade, sua família e em sintonia com as dinâmicas naturais, que definem o seu dia, pois os mesmos ainda praticam uma forma de pesca artesanal, muito mais dependente dos fatores vinculados às dinâmicas do tempo, do mar e da fauna locais.

As mazelas da modernidade são combatidas, por estas comunidades tradicionais, através do uso da identidade, como forma de resistência do grupo em seu território. Reivindicam seu espaço através de uma interação do passado com o presente, construindo uma identidade única, que almeja, no futuro, resistir às acelerações exponenciais do tempo neste mundo globalizado. Seria, neste caso, um uso do passado, na tentativa de superar ele próprio, por mais contraditório que pareça.

A modernidade desconsidera o modo de vida tradicional e tudo que o compõe, contaminando estas comunidades tradicionais e tentando assimilá-las a um modo de vida e sociedade baseadas em um tipo de conhecimento racional e no acúmulo de capital. Esta ameaça faz com que se torne necessário a autodeclaração e a autoafirmação deste grupo como sendo tradicionais, em outras palavras, os mesmos valorizam e apontam suas diferenças como forma de resistência. Segundo Bauman (2003), uma vez que uma comunidade precisa expressar, valorizar, autodeclarar e fazer reconhecer suas diferenças, a mesma já não existe mais ou está em declínio, pois a modernidade já afetou esta comunidade a ponto desta estar descaracterizada daquilo que a torna “diferente”. As relações sociais cotidianas e a reprodução social desta comunidade, por si só, já não são mais capazes de manter o caráter tradicional da mesma, é necessário um resgate à memória, ou seja, ao passado.

De acordo com Bauman (2003), uma comunidade existe por práticas que são comuns ao cotidiano dos indivíduos que dela fazem parte, não existe a necessidade de dizer ou lembrar as mesmas, pois estão intrínsecas, de forma inconsciente, ao dia-a-dia destes indivíduos. Só se passa a ser necessário reafirmar e autodeclarar estas práticas (o

agir consciente), quando as mesmas já começam a deixar de existir, a ameaça é o que gera a ação de valorização e a procura pelo reconhecimento destas características tradicionais muito fortes no passado, e em risco de extinção ou já extintas no presente. Conforme dito pelo autor:

[...] Quando começa a versar sobre seu valor singular, a derramar-se lírica sobre sua beleza original e a fixar nos muros próximos loquazes manifestos conclamando seus membros a apreciarem suas virtudes e os outros a admirá-los ou calar-se – podemos estar certos de que a comunidade não existe mais (ou ainda, se for o caso). A comunidade “falada” (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos. (BAUMAN, 2003, p. 17 *apud* FERREIRA, 2013, p. 163)

Este processo de segregação analisado em Itaipu, que gera um enorme conflito pelo solo urbano, é fruto da fragmentação espacial, ele é sociopolítico e socioespacial, cria territorialidades excludentes (condomínios de luxo, por exemplo), assim como territórios compostos pelos excluídos (as favelas e periferias, por exemplo). Quando se analisa as dificuldades passadas pela comunidade de pescadores de Itaipu, não se pode deixar de analisar este processo que intensamente assola o bairro há décadas.

Quando observado o exemplo da Região Oceânica de Niterói e mais especificamente os bairros de Itaipu e, principalmente, Camboinhas, percebe-se uma semelhança com a criação do bairro da Barra da Tijuca, localizado no município do Rio de Janeiro. Estes bairros estão sendo projetados para uma elite socioeconômica, feitos para segregar esta parcela da população do restante, os colocando em uma área de difícil acesso – muros, cancelas, segurança particular, etc. –, onde os moradores vivem cada vez mais de forma autosssegurada, boa parte em condomínios de luxo.

O número de condomínios privados¹⁸ em Itaipu só cresce, ao mesmo tempo em que associações de moradores vão se formando, com a clara intenção de garantir esta condição de autosssegregação, assim como as amenidades que os moradores tanto apreciam. Organização, associação e territorialização são alguns dos mecanismos que estas entidades de moradores se utilizam como estratégia para a garantia de seus objetivos. Como geralmente são moradores de alto poder aquisitivo, se utilizam do seu poder econômico e, muitas vezes influência política, para valorizar os espaços e, cada

¹⁸ “(...)empreendimentos imobiliários residenciais murados ou gradeados aos quais o acesso público é restrito, com frequência vigiados por segurança privada e sistema interno de tevê, caracterizado usualmente por acordos legais que ligam os residentes a um código comum de conduta” (MACHADO, 2011 p, 31).

vez mais, torná-los mais exclusivos, chegando a influenciar em serviços que fogem aos limites dos condomínios¹⁹.

Logicamente que esta ação se encontra em constante conflito, pois envolve sempre entrar em disputa: com o poder público, pelo direito legal de privatizar certas áreas antes públicas, ou de invadir áreas de preservação (quando a permissão não é concedida, muitas vezes o Estado apenas “finge que não vê”); com quem mora no entorno, uma vez que para expandir uma área de condomínio, às vezes é necessário invadir outras áreas já ocupadas; e com o capital imobiliário – em certas horas amigo, noutras inimigo – pois uma vez que o mercado decide querer expandir e intensificar a ocupação naquela área, coloca em risco as amenidades que os moradores de alto poder aquisitivo tanto apreciam, o grande motivo de atração do local, que os fez querer ir morar nesta localidade.

Quando se pega o exemplo de Camboinhas, temos a SOPRECAM (Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas) que se coloca como uma gestora do espaço local, se apropriando do mesmo como uma forma de garantir a elitização do bairro, assim como impedir que agentes externos que coloquem em perigo a manutenção das características desejadas pelos mesmos ao bairro, consigam agir (mercado imobiliário, Prefeitura, visitantes, etc...) (MACHADO, 2011). Quando se analisa Itaipu, percebe-se que está sendo implementado no bairro, uma tentativa de elitizar o mesmo, de forma similar ao que aconteceu ao seu antigo território, agora outro bairro.

Houve um enorme aumento do número de associações de moradores após a década de 1980, na Região Oceânica como um todo, muitas delas lutando pela privatização dos serviços e dos espaços, gerando disputas judiciais entre estas associações e muitos moradores, devido à exigência de pagamento de mensalidades aos mesmos – apesar da maioria dos habitantes defenderem a atuação das mesmas, pois a enxergam como algo em prol da manutenção da qualidade de vida nos locais, ainda assim não querem pagar. Cada vez mais se encontram cancelas vigiadas por porteiros pagos por estes moradores e estas associações, controlando a passagem de locais

¹⁹ Os serviços de transporte público, policiamento, saneamento básico, energia e luz, por exemplo, são alguns dos que, através destas associações, os moradores conseguem pressionar a prefeitura local a melhorar a oferta – no caso do policiamento pode ocorrer a criação de novas D.P.Os e guaritas de monitoramento –, ou, no caso dos transportes públicos, realizar mudanças nos itinerários e localização dos pontos, segundo seus interesses.

públicos, inclusive de acesso às praias (SILVA, 2018, p, 44). Enxerga-se em Itaipu políticas higienistas e elitistas defendidas por estas associações, muitas vezes respaldadas pelo poder público.

Os loteamentos e condomínios destinados às classes mais abastadas sempre “se vendem” com a garantia da exclusividade, do isolamento, das amenidades e da oferta de áreas de lazer para “toda a família”. É uma lógica de total privatização, onde até os serviços, na teoria garantidos pelo Estado, são feitos por empresas particulares. O principal destes serviços é a segurança, não sendo à toa, uma vez que um dos motivos que mais faz com que a população busque morar em condomínios fechados seja o medo da violência e o sentimento da falta de segurança, devido a uma perda de fé na capacidade da manutenção da paz pelo poder público – ainda mais em um estado muito violento como o do Rio de Janeiro. A estratégia do cercamento tem como objetivo tornar estes espaços como exclusivos, garantindo a manutenção e a reprodução de classe desta elite econômica, que enxerga no ato de isolar-se: felicidade, harmonia e liberdade, como bem o mercado impõe pelas publicidades. Segundo bem aponta Machado (2011):

- a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;
- as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, áreas de consumo, capacidade de fazer valer (market capacity) e estado de consciência;
- diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para adquirir oportunidades de ascensão social.(...) A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos moral, lingüístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo. A estabilidade de um bairro e dos seus sistemas de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais(...). (MACHADO, 2011, p, 19)

Na sociedade atual os prazeres são individuais, os seres humanos estão centrados em suas próprias satisfações e não mais nas do coletivo. Da mesma forma, os problemas são enfrentados de forma solitária, sendo questões do indivíduo e não problemas à comunidade. Uma vez que se aceita a ideia de meritocracia, onde você é somente o resultado de seu esforço e trabalho, os problemas que surgem são somente seus, e se não conseguir superá-los é porque não se esforçou o bastante.

A perda de fé no Estado, somado a uma lógica neoliberal privatista e meritocrata, acabam por gerar uma mentalidade onde a única solução para se fugir dos problemas encontrados na sociedade urbana seja a busca por condomínios fechados para

as classes médias e a elite econômica. Ao enxergar o poder público como ineficiente, a sociedade urbana como caótica e a população menos privilegiada como perigosa, a fuga para um local isolado, privado, controlado e exclusivo – apenas para os “iguais” –, se torna muito atrativa para esta parcela da população. A segurança reforçada, a vigilância e o controle se tornam atrativos quando só o que se enxerga na sociedade são a desordem e a violência. Constituem-se novos padrões de habitação para as elites, com modelos arquitetônicos e uma ideia de autosegregação que lucra em cima de uma exploração radical dos sentimentos de medo e segurança, tudo isto em cima de uma segregação induzida perante os “não desejados”.

Os moradores fogem do cerne do problema, quando apoiam suas esperanças em uma lógica de apropriação do espaço que apenas irá acentuar, principalmente, as desigualdades socioespaciais, ou seja, é apenas uma pseudo-solução, ilusória, uma tentativa de fuga, simplesmente.

O mundo volátil e mutante à nossa volta induz a um investimento naquilo que podemos ou supomos controlar, qual seja, a nossa autopreservação. Para tanto o paliativo para a insegurança é a busca por segurança que tem a ver com a nossa integridade corporal, nossas propriedades, nossa “comunidade” e que faz do estranho o inimigo a ser evitado ou combatido. Levantamos muros, compramos vigilância privada já que a pública deixa a desejar. O contrasenso se faz presente. Ao incrementarmos nosso arsenal de segurança, mais inseguros ficamos, mais os “outros” se tornam ameaçadores, mais nos distanciamos da liberdade de ir e vir. Os estranhos são a projeção dos nossos medos. (BRAZ, 2004, p. 1)

Importante salientar que a tendência da criação de condomínios privados (de luxo ou não) não se limita à Região Oceânica de Niterói nem ao Brasil, sendo um fenômeno global, que se encaixa neste modelo atual de consumo capitalista (MACHADO, 2011). Sua expansão se dá pelo contexto de intensa desigualdade socioeconômica.

A lógica seguida pelo mercado imobiliário visa superar as barreiras e limitações do local, possibilitando condições ideais para o sobrelucro, ao investirem em áreas antes desvalorizadas. A partir da desapropriação dos antigos moradores e de remembramentos, estas parcelas do solo se transformam em áreas de grandes empreendimentos, que vão se dando de forma gradativa, em um processo de evolução produtiva que irá valorizar e atrair investimentos ao local (SILVA, 2000). O mercado, junto aos promotores imobiliários e ao Estado, sufocam a população humilde que reside nestes locais de interesse. Por parte do governo, nestes locais: políticas públicas são pouco e mal ofertadas, não há o interesse na criação de novas ofertas de emprego e os

que existem pagam baixíssimos salários, e há pouco ou nenhum investimento em projetos para saúde, lazer e educação, tudo isto num claro intuito de tornar a permanência desta parcela indesejável quase impossível. Os agentes hegemônicos combinam forças em prol do grande capital e do avanço do urbano.

Aparentemente, o intuito do mercado imobiliário é o de transformar Itaipu em um bairro altamente elitizado, valorizando intensamente o solo e garantindo, assim, a permanência da classe dominante apenas – vide Camboinhas. O isolamento se torna uma necessidade, a segregação é a ferramenta para a manutenção desta comunidade onde os valores são marcados pelos hábitos de consumo (MACHADO, 2011). Uma área antes habitada por uma comunidade tradicional, hoje tem seu espaço como uma mera mercadoria, com o vivido deixando de ser a forma principal de apropriação do mesmo. A intenção é garantir o uso exclusivo de apenas uma parcela desejada da população, não só dentro, mas também fora dos condomínios, por todo o bairro, suprimindo a vida urbana em volta destes empreendimentos e transformando estas áreas públicas em extensões dos condomínios: áreas na teoria públicas, mas, na prática, de acesso exclusivo, íntimo, protegido, vigiado e seguro, como o próprio “lar” destes condôminos (MACHADO, 2011).

Estas áreas irão ser habitadas por indivíduos que em geral não possuem mais confiança na comunidade, pessoas “bem-sucedidas” que enxergam nos outros empecilhos ao seu bem-estar e sucesso, partindo de um ponto de vista meritocrata, competitivo e altamente individualista. Esta parcela da população crê que viver em comunidade não é mais necessário, sendo visto até como uma desvantagem pelos mesmos, não havendo nenhum benefício em se viver em comunidade que já não tenham conquistado por conta própria, em sua perspectiva (BRAZ, 2004). Estes indivíduos são uma parcela de uma sociedade que premia o privilégio e puni a falta do mesmo, onde o consumo é um símbolo absoluto do mérito e uma forma de diferenciar e hierarquizar os indivíduos. É uma sociedade de relações efêmeras, marcada por políticas e ações que enfatizam e intensificam as diferenças, ao mesmo tempo em que tentam homogeneizar os espaços, contraditoriamente.

O isolamento seria a única solução, pois a simples inserção na comunidade poderia significar a perda de recursos, gera-se uma repulsa ao coletivo, são indivíduos puramente cosmopolitas, que não têm uma identidade cultural clara, são globalizados e limitados pelo trabalho (STASIAK, 2006). Enquanto os pescadores lutam para manter

sua comunidade, estes pagam caro para fugir de uma, pois veem na mesma o refúgio dos fracos. Nesta filosofia capitalista os pobres se reúnem em comunidades pela sua incapacidade de sobreviverem sozinhos, como se o individualismo fosse algo nobre, uma prova da competência do homem, um símbolo da liberdade. Mal percebem que vivem numa sociedade sem ética, onde os valores se deturpam e tudo vira mercado, produto a ser consumido. Estes grupos preferem viver em seus simulacros de comunidades, vigiados, cercados e, proporcionalmente ao aumento de seu medo do exterior, cada vez mais sem liberdade.

Não basta apenas a segurança – cancelas, guaritas, câmeras de vigilância, sistemas de segurança, patrulhamento, etc. –, a elite necessita para sua reprodução como classe: do luxo, do belo, do *status*, enfim, do que é exclusivo – e quanto mais cerceiam estas áreas cheias de amenidades, mais exclusivas as mesmas se tornam à sociedade. Áreas de lazer (piscina, sauna, churrasqueira, áreas para prática de esportes, etc.), amenidades e beleza paisagística (proximidade com praias, lagoas e rios não poluídos, áreas de vegetação preservada, etc.), serviços comerciais (*shopping centers*, por exemplo), todas estas características fazem parte do que é desejado por essa parcela da população; o isolamento não pode vir se não estiver acompanhado de conforto e *status*. Muitas vezes os condôminos podem “fazer de tudo sem sair de casa” em certos condomínios onde se oferecem cada vez mais serviços, permitindo uma permanência maior dos moradores no interior dos muros, garantindo a segurança e o privilégio dos mesmos.

Bauman (2003) fala inclusive na dificuldade de se usar o termo comunidade hoje em dia, devido ao fato dos grupos de indivíduos serem influenciados por inúmeros agentes, assim como uma gama enorme de relações de poder presentes no cotidiano deles, principalmente das áreas mais urbanizadas, interferindo muito na forma como as relações sociais e a reprodução social acontecem na localidade. Como já constatado neste trabalho, o autor fala da expropriação, exploração e impedimentos nos espaços, assim como ações legais e até a omissão do poder público em certos momentos – muitas vezes omisso em relação às pautas sociais e ativo em relação aos interesses do mercado (FERREIRA, 2013).

A desigualdade social, a modernização e a especulação imobiliária, por exemplo, são consequências dos processos externos à localidade de Itaipu, mas afetam diretamente e intensamente a vida da comunidade tradicional local, pois integram um

modo capitalista de apropriação extremamente amplo, do qual esta localidade não está protegida (FERREIRA, 2013). O capital age ao seu favor, partindo dos interesses econômicos e não sociais. Isto é refletido na relação precarizada em que se encontra a pesca em Itaipu, sem nenhuma infraestrutura estatal para a atividade (BASTOS; SOUSA; PINTO, 2020) demonstrando o desigual investimento do Estado, que para com o setor do mercado imobiliário é um ávido investidor, mas para com as minorias e à economia popular local, se isenta de suas obrigações.

A autosegregação socioespacial das elites visa uma homogeneização do espaço (da renda, do capital cultural, dos padrões habitacionais²⁰, da própria apropriação do espaço, etc.), inibindo a diversidade social. Este tipo de processo garante a possibilidade de um enorme lucro, ao, com a privatização de áreas e serviços públicos, atribuir enorme valor ao local desejado, atraindo investimentos e inibindo a coesão social, compactuando a uma fratura social (MACHADO, 2011). Com isto, estes “enclaves territoriais” fragmentam todo o tecido sócio-político-espacial.

Tem-se, com isto, uma ameaça à formação da consciência política do cidadão, gerando uma total subversão dos valores comunais, num processo de intensa individualização dos sujeitos. Cria-se uma total falta de compromisso com a cidade, com os cidadãos perdendo, aos poucos, o vínculo com os espaços públicos e democráticos, assim como com o resto da sociedade, não se solidarizando com os problemas da mesma, por não se sentirem mais parte do que enxergam como uma ameaça exterior. Morar em condomínios é um ato que empobrece a vida urbana e social, pauperizando e limitando as relações interpessoais, assim como as experiências da vivência (MACHADO, 2011); despreza-se o outro, quem vem de fora, o diferente. Isto, ao falarmos sobre condomínios de luxo, apenas se intensifica, uma vez que os mesmos tendem a ser mais isolados e restritos, além de ter o acesso dos não moradores bem mais controlado.

O enclausuramento gerado pelos condomínios intensifica os preconceitos ao reforçar o sentimento de diferença entre “os que estão dentro e os que estão fora”, no caso dos condomínios de elite, os “de dentro” sendo de apenas uma classe econômica (a abastada) e geralmente composta de pessoas brancas. Estimula-se assim, um ódio de

²⁰ É muito comum nestes condomínios a existência de residências de caráter unifamiliar, sendo proibido a construção de edifícios nos mesmos. Muitas associações de moradores lutam para impedir construções multifamiliares por todo o bairro.

classes e um ódio racial, ao negar o diálogo e o respeito às diferenças, havendo somente uma convivência pautada em relações de trabalho entre estes grupos (porteiros, entregadores, empregadas domésticas, etc.), educando uma geração de jovens nascidos nestes ambientes a se acharem superiores aos grupos com os quais só se relacionam em uma posição vista socialmente como superior na hierarquia das relações sociais (empregadores e pagantes por serviços em geral). Quando estes encontros acontecem fora da relação profissional, ocorre o medo, o temor do diferente. Óbvio que estes problemas sócio-raciais não surgiram com o aparecimento dos condomínios e nem com a autosegregação socioespacial em geral, todavia, estes processos elitistas cooperam na intensificação em larga escala dos aspectos negativos acima citados de nossa sociedade.

A construção de preconceitos e estereótipos pautados no medo do outro, se intensifica com a segregação, acabando por taxar certos grupos da sociedade como perigosos simplesmente pela sua aparência, trejeitos ou local de moradia. Vai se criando polos distintos na sociedade, entre pobres e ricos, entre os condôminos e os pescadores artesanais (neste caso), compactuando para uma separação social irreconciliável entre estes espaços.

Muitos destes condomínios nem sequer respeitam os direitos urbanísticos dos cidadãos, uma vez que cercam áreas públicas, como logradouros, que faziam parte de loteamentos que se transformaram em condomínios, passando por cima da lei. Entretanto, ao se tratar de condomínios de luxo, têm um aval – ou vista grossa – da Prefeitura, como muito bem analisado no caso de Cambóinhas (MACHADO, 2011). Como bem aponta Machado (2011):

O setor imobiliário prefere a forma de loteamento porque, no caso de um verdadeiro condomínio horizontal (onde não há logradouros públicos, somente vias de acesso), não há lotes individualizados, apenas um grande lote onde os proprietários possuem frações ideais do mesmo (onde constroem suas casas nos padrões pré-determinados pelo contrato) e dividem a área comum. Nesse modelo de empreendimento é que os moradores possuem amparo legal para fechá-los, pois constituem propriedade dos moradores. (MACHADO, 2011, p. 69)

Neste tipo de condomínio o individualismo se exacerba, pois o contato com os vizinhos é menor ainda, fechando o círculo de convivência só na família, se protegendo até mesmo dos “iguais”, numa ótica onde tudo é uma ameaça. Um tipo de privacidade e isolamento muito apreciado pela classe média também (MACHADO, 2011), pois foca nos benefícios individuais em detrimento dos coletivos, amargando as relações sociais antes vistas e apreciadas na vivência entre vizinhos e moradores do mesmo bairro.

Conforme diz Machado (2011), é um nítido processo de auto-enclausuramento, em um sentido cada vez mais amplo.

Como Bauman (2003) aponta, estas comunidades, apesar de reunirem grande contingente populacional, devido ao seu caráter capitalista apresentam um vazio moral e perdem o seu intercâmbio, pois as relações sociais se empobrecem.

Quando o cercamento das áreas públicas não é possível, as táticas de controle territorial já mencionadas (vigilância, restrição ao transporte público e à circulação livre, etc.) entram em ação, principalmente no caso de litorais com praia, onde o fechamento dos acessos à faixa de areia é ilegal, o que não impede que muitas vezes se tente – e em alguns locais se consiga, felizmente não nos casos das faixas de areia de Itaipu.

Apesar dos impactos ambientais devido às ações do capital imobiliário, pôde-se notar que os atores que passaram a agir de forma hegemônica em Itaipu, defendendo os interesses de classe da elite, mediados pela parceria público-privado, se utilizaram e ainda se utilizam de um discurso ecológico para justificar suas ações, invertendo o cenário real e colocando a culpa dos impactos ambientais nos indivíduos e grupos indesejados para o projeto de autossegregação almejado no bairro. A vinculação do “ecologicamente correto” aos empreendimentos que se posicionam em áreas onde as belezas naturais são um grande trunfo para a atração do capital e dos compradores é essencial para seu sucesso. Permite que os mesmos vendam seus projetos como “parceiros da comunidade” e não causadores de impactos ambientais, agregando valor aos seus empreendimentos.

A construção de um imaginário utópico, onde as amenidades tomam conta do espaço, onde não há violência, onde existem áreas de lazer das mais variadas e para todos os gostos, infraestrutura de ponta, estruturas e equipamentos dos mais caros para lazer. Tudo isto faz parte do marketing que estas empresas constroem em cima de seus empreendimentos, muito pautados, como no caso do objeto desta pesquisa, pelo acesso ao mar como forma de lazer.

Segundo Silva (2018), não bastasse, os aspectos culturais também são apropriados, e de forma hipócrita, obviamente. Os mesmos empreendimentos e empresas que tentam expulsar os pescadores artesanais do Canto de Itaipu usam da

imagem serena e *eco friendly* desta comunidade tradicional para seu marketing²¹. Uma dupla hipocrisia, pois além de ser por parte das empresas, também é por parte dos compradores dos imóveis, que se encantam com este tipo de imagem passada pela propaganda, mas que não querem estes indivíduos próximos deles, pois isto descaracterizaria os aspectos de exclusividade e *status* que os mesmos tanto almejam. Os planejadores e empreendedores associam o discurso do lugar às dimensões simbólicas e culturais da comunidade tradicional de pescadores, contrastando com o estereótipo do urbano (negativo: violência, poluição, etc.), se utilizando daquilo que destroem para especular e valorizar, sempre enfatizando as diferenças locais como bônus, na intenção de atrair o capital e investimentos (MACHADO, 2011).

Somado a isto, os anúncios e publicidades destes empreendimentos salientam o caráter segregado, isolado e vigiado dos mesmos, como questões vinculadas ao aumento do *status*, sendo fatores positivos, ou seja, a segregação socioespacial como algo de valor, revelando um novo código de distinção social (CALDEIRA, 1997). Sobre a estratégia do mercado imobiliário em se utilizar da segregação como publicidade, Caldeira (1997) diz:

A imagem que confere maior status e, portanto, a mais sedutora é a de uma comunidade fechada e isolada, um ambiente seguro no qual se pode usufruir dos mais diversos equipamentos e serviços e, sobretudo, viver apenas entre iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas às quais se pode retornar ao fim do dia para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde uma "convivência sem inconveniência" seria possível. A imagem dos enclaves opõe-se à da cidade, representada como um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis. (CALDEIRA, 1997, p. 160)

Assim como a elite e a classe média de Itaipu, os pescadores artesanais também possuem suas táticas de proteção de seus espaços, focando em manter seu território, através da comprovação legal dos valores históricos de seus signos, tradições e identidade, como armas para a proteção contra possíveis invasores (mercado imobiliário, Estado, comerciantes, etc.). Os pescadores lutam pela garantia de sua reprodução social, porém, a principal estratégia nesta guerra é a apropriação de novos territórios, e neste embate, os pescadores estão em grande desvantagem. As áreas ditas comuns, públicas ou “sem dono” são alvos dos invasores hegemônicos e circundam o território da comunidade tradicional, sendo este o foco de ataque para ocupação e

²¹ É comum ver propagandas de empreendimentos se utilizando de uma imagem romantizada dos pescadores e do bairro de Itaipu, como o local sendo um paraíso natural e os pescadores parte da natureza (SILVA, 2018).

domínio desta área chamada Canto de Itaipu. A elite busca a manutenção do *status quo* nos territórios já elitizados e a elitização de outros, garantindo sua reprodução social.

Os atores hegemônicos se utilizam de táticas excludentes, uma vez que para a “produção e reprodução do espaço urbano, criação e implementação de infraestrutura e redes de serviços, e no caso de espaços de autoss segregação, a manutenção das amenidades (que aparecem em seu discurso como preservação ambiental)” (MACHADO, 2011, p. 81), os mesmos não levam em consideração os interesses dos grupos minoritários, em especial, neste caso, dos pescadores artesanais. Cada agente tem suas prioridades e age sempre no intuito de atingir seus objetivos. Caso algum destes por acaso esteja de acordo com o de outro, correlações de forças por conveniência podem acontecer, contanto que não hajam de total desacordo com o objetivo mais amplo hegemônico – do interesse principal do capital. Sendo assim, os pescadores artesanais tendem a quase nunca – por estarem quase sempre no caminho dos avanços do grande capital –, exceto ao Estado quando a lei não deixa muita opção, unirem forças com outros agentes, sendo este um acontecimento muito mais comum dos agentes opositores à comunidade.

A reprodução social das classes altas em Itaipu está vinculada diretamente com a produção destes espaços fechados. O Estado, somado ao mercado imobiliário e seus agentes – parcerias público-privadas, em muitas das vezes – favorecem áreas de interesse à especulação imobiliária, sempre visando o lucro através da expansão das garras do grande capital – incentivados pelos investimentos estatais em infraestrutura. Gera-se uma concentração homogênea, que tenta singularizar o espaço através de uma produção e apropriação concebida do mesmo pelo mercado e incentivada pelo poder público, apenas para a parcela mais rica da população e que pode pagar pelo *status* oferecido pelos empreendimentos e seus projetos elitizantes no/do espaço. Tudo isto em detrimento da população pobre, humilde, que vive uma segregação socioespacial induzida, forçada, onde não há quase nenhum investimento público de infraestrutura e a “escolha” dos locais de moradia é definido pela falta de opção, fruto de uma cidade cada vez mais exclusiva e excludente. As instituições vão perdendo seus sentidos coletivos, o Estado se torna um mero financiador e marketeiro de projetos privatistas do espaço.

Temos um Estado capitalista que condiciona a reprodução e acumulação das classes sociais, criando mecanismos que permitem e intensificam a desigualdade social

intraurbana e a segregação socioespacial (MELO, 2012). Sobre a relação do Estado como agente modelador do espaço, Melo (2012) diz:

O Estado pode ser um agente modelador direto, quando interfere no espaço urbano através de suas políticas de investimento, como nas áreas de habitação, transporte, infraestrutura e saneamento. Agente modelador indireto, quando interfere na Legislação ou nos controles que ele mesmo exerce, como, por exemplo, no controle das externalidades, através da regulação do zoneamento urbano. E por fim, como agente de redistribuição de renda, quando pratica ações que visam minorar os efeitos causados pela falta de qualidade de vida e de justiça social, refletidos em alguns setores da sociedade. Vale lembrar que:

a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível sua atuação e seu discurso que encobrem os interesses dominantes mudam. Mas é no nível municipal que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz, devido à legislação que garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes estes que advém e estão direcionados aos interesses das elites locais. (MELO, 2012, p. 10)

Importante destacar que o Estado, como já dito, é apenas um dos agentes idealizadores e produtores do espaço, o espaço concebido é produto de outros atores e fatores que também possuem muito poder financeiro e político, como o mercado imobiliário. O mesmo atua no espaço moldando-o a partir dos interesses do mercado, partindo de uma concepção que enxerga apenas o valor de troca, em detrimento do de uso, realizando estratégias que visam sempre o aumento do número de investimentos e a valorização do solo urbano já obtido, para assim o empresário obter o tão esperado sobrelucro. Sobre a forma como o mercado imobiliário atua como agente fundamental no processo de autosegregação, através de diversos atores diferentes, Melo (2012) exemplifica-os:

A atuação do mercado imobiliário como agente modelador do espaço se faz pela presença de alguns atores, tais como: - Os proprietários industriais, os quais possuem e consomem grandes espaços de terra, buscando sempre locais onde tenham terrenos amplos e baratos, e certa infraestrutura que facilitam no processo de acumulação do capital; - Os proprietários fundiários possuem bastante influência no poder Legislativo e Executivo Municipal, pois como seu interesse é no sentido de obter grandes possibilidades de renda sobre a terra, eles podem tentar pressionar o Estado para que faça leis de zoneamento urbano, além de pressionar também por investimentos em infraestrutura. Neste sentido a terra ficará mais valorizada; - Os promotores imobiliários (incorporadores, financiadores, construtores e corretores) possuem uma atuação estratégica. Por um lado, eles são responsáveis pela produção de habitação em espaços de interesse do capital imobiliário para a população que constitui a demanda solvável, sempre com a intenção de ampliar sua margem de lucro. E por outro lado, pela construção de conjuntos populares em espaços não adequados às exigências espaciais visíveis, criando, reforçando e ratificando a segregação residencial no meio urbano. (MELO, 2012, p. 10-11)

Os espaços acabam sendo apropriados com base apenas em questões ligadas ao mercado, com os de interesse do capital, sendo baseados no consumo e no *status* (luxo), enquanto, “do outro lado”, os espaços indesejados são restritos à pobreza, pela falta de opção. Observa-se uma dualização nas estruturas urbanas (SILVA, 2000), uma segregação socioespacial nítida visualmente, quebrando com o modelo clássico de segregação núcleo-periferia quando analisado em escalas micro, como em Itaipu. Em relação às camadas mais humildes da sociedade e como a segregação socioespacial as afeta, Silva (2000) diz:

Para aqueles que estão fora das expectativas de inserção formal no mercado de trabalho, os quais não são contemplados com políticas de mobilidade social ascendente restam os espaços confinados como locus de periferização e exclusão. Como não existem como consumidores não são tratados como cidadãos. Fazem parte de um mundo rompido com os padrões sociais absorvidos pela classe dos incluídos sendo intoleráveis pela sua miséria. (SILVA, 2000, p. 45)

A segregação socioespacial se desenha de forma contígua no espaço, havendo um contato direto entre as áreas mais e menos valorizadas. A proximidade geográfica, entretanto, não significa uma proximidade social, nem muito menos econômica, sendo territórios completamente diferentes e distantes no sentido de como se tem a territorialização de seus espaços (proximidade física e distância social). Entraves simbólicos – os de *status*, por exemplo, que corroboram para as distâncias sociais, ao servirem como afirmação das desigualdades e diferenças sociais –, institucionais e físicos – como bem já citado ao falar da autosegregação –, determinam o distanciamento entre estes dois mundos (SILVA, 2000), ao mesmo tempo próximos e distantes, de uma forma em que a população mais abastada possa viver sem ter que se deparar com a pobreza que não lhes agrada o olhar e a população pobre, que lhes dá um sentimento de medo, sendo assim, alienam-se das mazelas da desigualdade e isolam-se em muros protegidos e vigiados. Preserva-se o capital, os imóveis e o *status*.

O processo de expansão urbana, pautado em uma globalização fragmentadora do espaço urbano, faz com que, somado a uma gestão da Prefeitura Municipal de Niterói que enxerga o solo e o espaço como mercadorias, se tenha um enorme enfraquecimento da coesão social (MACHADO, 2011), findando os espaços democráticos, de uso comum e públicos, e segregando os “diferentes”, segundo uma lógica que escancara uma sociedade dividida em classes e racista. Intensificam-se as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais, ao se excluir cada vez mais, econômica, política, cultural e socialmente, a parcela mais humilde da população. A ocupação do território

passa a ser determinada cada vez mais pelo setor imobiliário e não pelo Estado – ainda tendo muita importância, por isso mesmo sendo muito utilizado pelo setor ao seu favor –, submisso ao primeiro, distribuindo os grupos sociais diante de uma lógica que somente leva em conta o consumo e interesses privados, não sociais, desenhando a diferenciação na ocupação do território (SILVA, 2000).

Encontra-se em Itaipu hoje, um esgotamento das áreas para expansão urbana. Diversas áreas com restrição nos tipos de ocupação, determinado segundo o Plano Diretor do município, já se encontram sufocadas e com propriedades irregulares, devido ao intenso processo de ocupação. Frente às restrições de ocupação no bairro e em toda Região Oceânica, Itaipu enfrenta uma escassez de áreas perimetrais, apesar de muitas áreas ainda sem construção, esta situação sendo agravada pela intensa pressão imobiliária. Estes fatores apontam para uma mudança nos padrões de ocupação definidos pelo município, flexibilizando e permitindo mais e maiores construções coletivas, aumentando a densidade populacional do bairro e suprimindo a demanda do mercado. O esgotamento de áreas próprias para a expansão urbana ocorre devido: ao aumento das restrições de ocupação às áreas não edificadas; à falta de edifícios verticalizados médios e altos; e à limitação à possibilidade de novas infraestruturas, devido aos conflitos entre moradores, comunidades tradicionais, Estado, ambientalistas, acadêmicos, mercado imobiliário e etc. Como muito bem analisa Fontenelle e Corrêa (2013):

Embora a área urbana ocupe 37,5% da área total da Região Oceânica, e em alguns bairros o valor seja até inferior, a análise do zoneamento urbano-ambiental vigente indica um esgotamento de áreas para expansão, inclusive com áreas urbanizadas já invadindo porções da Zona de Uso Especial (zona altamente restritiva à ocupação) (FONTENELLE e CORRÊA, 2012). (...).

Assim, no curto e médio prazos a tendência é de modificação do padrão de densidades no perímetro urbanizado já estabelecido, ocupando terrenos remanescentes, diminuindo o tamanho médio das habitações e elevando o gabarito de construções coletivas. Entretanto, vale ressaltar que a legislação atual do município não permite empreendimentos coletivos na maior parte da Região (NITERÓI, 2002), e onde permite limita o gabarito para um máximo de quatro pavimentos mais cobertura, permitindo até seis pavimentos mais cobertura em algumas áreas específicas (Figura 06). A maior permissividade em alguns trechos do território intraurbano direciona o crescimento urbano e visa contornar o esgotamento de terrenos perimetrais e a pressão pública que ocorre quando empreendimentos tentam se instalar em áreas de geossistemas costeiros remanescentes. (FONTENELLE & CORRÊA, 2013, p. 181)

Esse esgotamento das áreas para expansão coloca um enorme peso sobre a Prefeitura local, pois o capital começa a demandar por mudanças na legislação e nas diretrizes para ocupação do território, no intuito de alcançar o lucro estimado com a

intensa valorização do solo, imóveis e a enorme demanda de contingente populacional migrante para o bairro. Esta é uma informação péssima aos moradores dos locais autosssegados, pois ameaça suas amenidades, exclusividade e *status*, assim como para os pescadores artesanais, pois é o grande capital cada vez mais interessado em invadir as terras duramente mantidas pela comunidade.

CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRADIÇÃO: FORMAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE ITAIPU

Segundo Cruz (2015), a pesca em Itaipu tem decaído bastante nos últimos anos. É comum encontrar pescadores que já querem que seus filhos escolham seu destino para além deste ofício até então passado de forma geracional²². Este fator se deve ao fato dos pescadores enxergarem a dificuldade de um futuro próspero à atividade da pesca no local, temendo que seus filhos passem pelas dificuldades financeiras que os mesmos passam hoje. A expansão imobiliária, os avanços dos valores da modernidade vindos com a globalização, o turismo predatório, a indústria petrolífera e as constantes ameaças ao meio ambiente prejudicam a prática pesqueira artesanal e assolam a comunidade de pescadores local, que teme pela manutenção de suas condições de vivência e trabalho (CRUZ, 2015).

Diversos processos econômicos que são alheios aos pescadores artesanais vão surgindo e reconfigurando as relações políticas, sociais e econômicas da sociedade mais ampla, afetando, conforme seus territórios vão sendo ocupados, cada vez mais esta comunidade – sendo o próprio processo de expansão urbana parte desta reconfiguração. O tecido urbano vai sendo fragmentado, a segregação socioespacial se torna parte essencial ao processo de expansão urbana e do capital, se configurando na marca nítida dos condomínios elitizados, parte principal do processo de autosegregação, que expulsa os pescadores da orla, sem se importar com a relação fundamental deste local para a manutenção de sua identidade e suas tradições. A pesca industrial e a indústria petrolífera vão degradando o ambiente, acabando com os recursos. Além disto, a pesca industrial entra de forma desigual em competição com os pescadores artesanais pelo pescado. Estes processos afetam diretamente na identidade de grupo existente nesta

²² Dito isto, geralmente estas outras atividades nas quais os filhos e filhas de pescadores se vinculam estão, de certa forma, relacionados com a pesca e com os conhecimentos relativos à atividade – como o conhecimento sobre o mar e suas dinâmicas, por exemplo. Isto devido ao fato de, desde pequenos, adquirirem uma série de conhecimentos ensinados pelos pais, observado pelos mesmos e vivenciado, adquirindo uma expertise em relação às diversas nuances, técnicas e dinâmicas que envolvem a prática da pesca artesanal. É comum ver filhos e filhas de pescadores trabalhando nos comércios locais da Região Oceânica de Niterói, devido à expansão dos mesmos nas últimas décadas (CRUZ, 2015), através, principalmente, dos investimentos públicos na infraestrutura da região.

comunidade, pois prejudicam não só a atividade de ofício da pesca, mas também suas relações sociais e tradições para além da prática artesanal.

Como já dito na sessão anterior, o uso da identidade é umas das maiores armas de resistência da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu, contra os avanços do capital. As políticas de identidade consistem na reafirmação deste grupo sobre seus direitos, através da valorização de seu modo de vida (CRUZ, 2015), comprovando sua tradicionalidade em suas práticas de ofício e nas suas relações sociais, na sua cultura – totalmente atrelada à pesca artesanal. Comprovar a manutenção de suas singulares tradições significa mostrar sua diversidade em relação à sociedade mais ampla, na qual já estão inseridos. Como bem aponta Cruz (2015):

A comunidade de pescadores tem procurado reafirmar seus direitos recorrendo à valorização do seu modo de vida e costumes, atrelados à pesca. Esta valorização é enfatizada, sobretudo pela necessidade de preservação de elementos tradicionais, que segundo a autoafirmação deste grupo, os define como grupo à parte de uma sociedade mais ampla. (CRUZ, 2015, p. 60)

Os pescadores de Itaipu recorreram ao registro do ofício da pesca como um bem de patrimônio imaterial, como uma possível solução frente às grandes transformações sociais e aos empecilhos que as mesmas colocaram à manutenção das condições de vida ligadas à atividade pesqueira no local. Após muita luta judicial e burocrática, a atividade da pesca na comunidade de Itaipu passou a ser considerada como um patrimônio imaterial do Município de Niterói, possibilitado pelo projeto de lei 263/2010²³ (CRUZ, 2015). Foi declarado o tombamento de natureza imaterial da atividade, definindo o que se entende por pesca artesanal²⁴ e determinando que o poder público tem o dever de incentivar e proteger a prática em Itaipu. Ações como esta acabam por reforçar e até reviver, na comunidade, um sentimento de continuidade, identidade e reconhecimento (CRUZ, 2015, p. 83).

Ter a pesca como patrimônio imaterial significa valorizar uma cultura que possui uma relação sustentável com o meio ambiente, prezando pela biodiversidade através de suas formas de viver, de se expressar e de criar, distintos da sociedade mais ampla e em sintonia com os recursos presentes no local, respeitando o equilíbrio do ecossistema.

²³<http://pgm.niteroi.rj.gov.br/Leis%20Camara%20Municipal/2011/Lei%202874-11%20Proj.Lei.%20263-10.pdf>.

²⁴ “Artigo 2º Para efeitos desta lei, entende-se por pesca artesanal aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas.” (CRUZ, 2015, p. 84).

Como muito bem apontado por Cruz (2015), muitos países desenvolvidos se interessam pelos conhecimentos tradicionais destas comunidades, havendo muito interesse financeiro voltado a diversos mercados de nível global, sendo assim, “registrar estes fazeres como patrimônio intangível passa a ser uma estratégia para o desenvolvimento de tais regiões” (CRUZ, 2015, p. 84).

Preservar a pesca em Itaipu significa proteger o *etnoconhecimento* passado hereditariamente de forma oral, algo reconhecido pelos cientistas hoje em dia como sendo fundamental para uma gestão consciente dos recursos naturais. Este tipo de conhecimento tradicional não pode ser interpretado de forma descontextualizada da comunidade e cultura que o produziram, sendo a preservação deste patrimônio imaterial, uma grande forma de resistência da comunidade de pescadores de Itaipu, pois grita seu valor cultural e pressiona a favor do cumprimento da lei perante as tentativas de invasão de seu território.

O autor deixa claro que a justiça distributiva perante as diferenças e a luta pela igualdade de direitos por recursos são fundamentais para a procura pelo reconhecimento de uma comunidade. O multiculturalismo, como deixa claro Bauman (2003), sem estas vertentes será apenas um intensificador das diferenças e contrastes entre os grupos, pois segregará os mesmos, com a comunidade ficando refém de sua própria luta pelo reconhecimento. A comunidade fica presa pelas amarras de uma noção de cultura engessada, a qual não se pode evoluir nem se transformar, onde qualquer relação social com o exterior é vista como corruptora; para serem reconhecidos devem permanecer intocados. Isto é um enorme problema, pois este multiculturalismo, sozinho, não garante a distribuição justa dos recursos e muito menos o fim dos conflitos entre comunidades, acabando por levar à segregação e ao ódio, pois desestimulará o compartilhamento e cuidado mútuo entre estes grupos de indivíduos. A demanda por reconhecimento desta comunidade acaba por não requerer uma justiça distributiva, se aceita passivamente a diversidade, gerando um descompromisso em relação aos demais. Tem-se uma cultura falsamente tolerante, pois, na realidade, serão apenas grupos diferentes coexistindo, sem se interligarem profundamente.

Outro patrimônio existente no local, dessa vez físico, é do Canto de Itaipu, declarado pelo INEPAC, que garante que os pescadores possam ter acesso aos recursos necessários à sua atividade. O mesmo só foi possível devido à prática da pesca em Itaipu ser tradicional (CARVALHIDO, 2012). O tombamento deste local como

patrimônio é essencial à luta contra a expulsão dos pescadores da orla, pois no canto se localizam todos os resquícios da comunidade de pescadores, assim como os espaços simbólicos remanescentes para os mesmos, sendo o tombamento uma legitimação da importância cultural e histórica da pesca artesanal em Itaipu.

Outro patrimônio material é o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) (Figura 11), com as ruínas onde hoje reside havendo sido patrimonializadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN) – atual IPHAN –, na década de 1950 (CRUZ, 2015)²⁵. O prédio serviu como moradia para pescadores locais e desde 1977 abriga o MAI, museu que contém em seu inventário (pertencente ao IPHAN), diversas peças, itens e petrechos vinculados à pesca artesanal em Itaipu, além de diversas fotos, demonstrando a tradicionalidade da prática no local e servindo de uso pela comunidade em sua luta pela manutenção das tradições e da identidade, revelando a riqueza cultural e ambiental local. Somado a isto, o MAI publicou, em 2018, um livro chamado “Inventário Participativo: pessoas e memórias” (MAI, 2018), onde fala sobre a história do museu e das ruínas que deram lugar ao mesmo, também contendo uma série de entrevistas com moradores da comunidade e registros fotográficos. Em relação à importância do MAI, Cruz (2015) diz:

Os museus, vistos como lugar privilegiado da memória material e espaço de poder, exercem a articulação destes bens em prol de uma narrativa: “Onde há museu há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se”. (CRUZ, 2015, p. 34)

Figura 11 – Fotografia da fachada da frente do MAI, o muro faz parte das ruínas tombadas que compõe o museu.

²⁵ O museu foi construído onde em 1764 havia o antigo Recolhimento de Santa Teresa.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

O trabalho do MAI ainda contém outra enorme importância à luta pelo território dos pescadores, pois atua diretamente nos sítios arqueológicos de Itaipu, que são parte importantíssima da pré-história fluminense, assim como da história da atividade da pesca na região. O Sítio Duna Grande não sendo tombado, porém tendo sua proteção garantida pela Lei Federal nº 3.924/61²⁶ (CRUZ, 2015, p. 9). O MAI possui peças arqueológicas caixas que remetem ao “primitivismo” desta cultura e itens ligados aos povos sambaquieiros, tendo valor cultural inestimável.

O MAI já vinha com uma política de abrir as portas às atividades também externas ao museu, como os próprios sítios arqueológicos, que ressaltam a importância histórica e pré-histórica da localidade, aproximando a comunidade do museu, através de exposições que mostrassem o valor milenar do ofício da pesca na região, reiterando a importância sociocultural da mesma e auxiliando na luta dos pescadores pela manutenção de suas tradições, atividade e território. Todavia, questões passadas faziam com que os pescadores tivessem atritos com o museu, devido ao fato de que o mesmo

²⁶https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm#:~:text=LEI%20No%203.924%2C%20DE,monumentos%20arqueol%C3%B3gicos%20e%20pr%C3%A9-hist%C3%B3ricas.

era usado como moradia por pescadores no passado e, com o tombamento das ruínas como patrimônio artístico (1955), estes indivíduos foram expulsos.

Apesar deste rancor que persistiu por parte de alguns pescadores para com o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), a partir da gestão da ex-diretora do museu Eunice Batista (2014-2020) o mesmo adotou uma forte política de “abrir as portas do museu” tanto para a comunidade de pescadores local quanto para a população da região. Foi com essa iniciativa que o inventário participativo foi criado, contando com a ajuda de dezenas de moradores locais que somaram ao mesmo com relatos, entrevistas, fotos, itens e petrechos antigos utilizados na pesca artesanal e objetos encontrados pelos próprios pescadores próximos aos sambaquis – objetos dos povos sambaquieiros que vieram à superfície sem a necessidade de escavação, de forma natural pela dinâmica local –, por exemplo. Além do inventário, o museu passou a realizar diversas atividades e exposições voltadas à comunidade local, trazendo a mesma para dentro dos muros do museu e levando o museu até estes indivíduos. Diversas atividades culturais foram realizadas, além de se criar uma ponte de comunicação direta entre museu e comunidade, estreitando os laços entre os mesmos e fazendo com que os pescadores criassem uma boa relação com o museu. Infelizmente Eunice foi desvinculada como diretora em 2020, devido, segundo o Instituto Brasileiro de Museus:

Mudanças nas normas sobre as cessões e as requisições de pessoal na Administração Pública Federal (Decreto Nº 9.144, de 22 de agosto de 2017) e, conseqüentemente, sobre requisitos para o exercício de cargo em D.A.S. e reembolso de servidores cedidos(...). (IBRAM, 2021²⁷)

O MAI também cria a possibilidade de fomentação do turismo cultural na área, o que ajudaria à economia local, traria mais respaldo da população local à importância da manutenção das tradições e da pesca artesanal e também mostraria à prefeitura o potencial econômico do Canto de Itaipu, tudo isto solidificando as estruturas de resistência da comunidade, pois pressionaria muito o poder público a agir contra investidas do capital privado que fossem contra a manutenção desta comunidade tradicional.

Entretanto, o aumento do turismo em Itaipu, pode também significar interesse por parte de outros agentes externos, ou a intensificação de alguns internos que não fazem parte da comunidade tradicional, como, por exemplo, alguns donos de bares,

²⁷ <https://antigo.museus.gov.br/nota-de-esclarecimento-sobre-a-substituicao-da-diretora-do-museu-de-arqueologia-de-itaipu/>.

restaurantes e quiosques. Por sua vez, estes podem começar a aumentar o investimento – ou iniciar um – na área, devido ao crescimento das oportunidades de ganho financeiro no local, gerando uma apropriação indevida dos espaços e eventos simbólicos, tendo apenas como intuito o lucro, acarretando numa separação destes espaços e tradições com a cultura local. Isto poderia também gerar um turismo predatório, devido à falta de vínculo emocional, simbólico e de memória coletiva destes agentes externos à comunidade e ao local.

Feito o adendo aos perigos que o turismo cultural pode acarretar, é importante salientar que preservar um patrimônio significa afirmar que aquele objeto material ou imaterial detém um valor e uma identidade tradicionais, que devem ser protegidos, pois tem um grande valor à sociedade. É uma forma de se resgatar o passado, para assim, poder construir uma memória coletiva²⁸ que representa um grupo específico (CRUZ, 2015). Estes patrimônios não podem ser tratados de forma separada ou descontextualizada de seus locais de origem, do ambiente em que residem ou são manifestados. Estes patrimônios culturais possuem valor social e seu reconhecimento é de extrema importância na resolução de conflitos que envolvem disputas territoriais permeadas por questões simbólicas – como a disputa entre o mercado imobiliário e os pescadores artesanais, onde o embate jurídico se dá pela comprovação ou não da tradicionalidade destes pescadores, com o território estando à mercê desta comprovação.

A comunidade de pescadores de Itaipu se utiliza destas políticas vinculadas à identidade como forma de proteção e segurança. Através dos discursos ligados à memória os mesmos contam sua história a partir de uma narrativa que coloca sua identidade como ameaçada (CRUZ, 2015). Reivindicam seu direito à voz ao se mobilizarem como comunidade, contando as histórias não oficiais, aquelas não presentes nos livros, esquecidas e escondidas devido a uma narrativa hegemônica que nunca se importou em apresentar o lado dos grupos minoritários. Através da comparação com dados, registros e até mesmo da história registrada oficialmente – por assim dizer –, a memória ganha veracidade, pois estas informações muitas das vezes coincidem com o dito por estas comunidades, dando legitimidade aos relatos. Esta valorização da memória visa reparar certos problemas históricos, sociais e culturais,

²⁸ A memória coletiva é possível devido a uma comunidade que possui uma consciência coletiva, compartilhada pelos moradores. Esta memória tem sua base no lugar, moldada através das ações cotidianas ao longo do tempo, produzindo formas de se enxergar e lidar com o presente, baseadas na mesma, gerando comportamentos coletivos em sintonia.

negando a existência de uma só cultura e afirmando a existência de diversas identidades, como diz o multiculturalismo (CRUZ, 2015). Como muito bem apontado pela autora: “memória e tradição podem ser vistas, então, como conceitos que, capturados pelo campo da política, se tornam imperativos sociais capazes de acionar novos direitos” (ARRUTI & HEYMANN, 2012, p. 114 *apud* CRUZ, 2015, p. 59).

Para além dos direitos da memória e história, essas políticas voltadas às pautas identitárias recorrem à tradição para argumentar sobre os direitos destas comunidades sobre a terra, a saúde e até os direitos sobre os recursos naturais e sociais necessários para a manutenção de seu estilo de vida e tradição, sua reprodução social como comunidade tradicional (CRUZ, 2015).

Em Itaipu, os pescadores se utilizam destas políticas para comprovar como as alterações nas dinâmicas sociais do bairro mudaram completamente – mudanças estruturais – a vida dos moradores que dependem da pesca para sobrevivência: “mediante ao processo de esvaziamento das condições de manutenção das tradições locais em Itaipu, a comunidade tem promovido discursos sobre a memória local que exaltam a tradição da pesca como algo positivo” (CRUZ, 2015, p. 59). Transmitir os costumes para as novas gerações, reforçando as tradições no presente, é essencial para garantir uma continuidade histórica ao que torna esta comunidade tradicional, servindo como forma de afirmação dos direitos deste grupo.

Percebe-se que hoje em dia, boa parte dos pescadores se aproveita do turismo e da intensa presença de banhistas – muitos com alto poder aquisitivo – para faturar, através dos bares e restaurantes na orla da praia, alguns pertencentes aos pescadores, porém todos com seu estoque de pescado suprido pelos pescadores locais, sendo um bom suporte financeiro aos mesmos. Este comércio local para visitantes e banhistas também pode ser considerado uma das estratégias de resistência, no caso, econômica, dos pescadores de Itaipu.

De acordo com Silva (2018), como já mencionado, a comunidade de pescadores possui a Colônia Z-7 (fundada em 1921), como sendo uma organização voltada aos interesses dos mesmos – apesar de algumas controvérsias e desentendimentos ao longo da história, com a comunidade²⁹. Para além dela, existem associações voltadas aos

²⁹ Vale salientar que a maioria das organizações e associações já entraram em conflito entre si e com o resto dos moradores locais da comunidade. Cada uma representa alguns interesses e grupos mais específicos, dentro da própria comunidade, sendo os atritos inevitáveis ao longo do tempo.

embates vinculados à manutenção das tradições e territórios dos pescadores em Itaipu, dentre elas duas em específico: Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA) e a Associação Livre de Amigos de Pescadores da Praia de Itaipu (ALPAPI), ambas ajudam na valorização da memória e na afirmação da identidade local. A ALPAPI foi fundada em 1988, sendo uma associação livre e desvinculada da Z-7, que, por sua vez, é um aparelho institucional ligado ao Estado. A ALPAPI, então, se coloca como uma representante direta de interesses civis na comunidade, não precisando de respaldo do poder público para tomar certas iniciativas e defender posicionamentos. Em relação à ALPAPI, Silva (2018) diz:

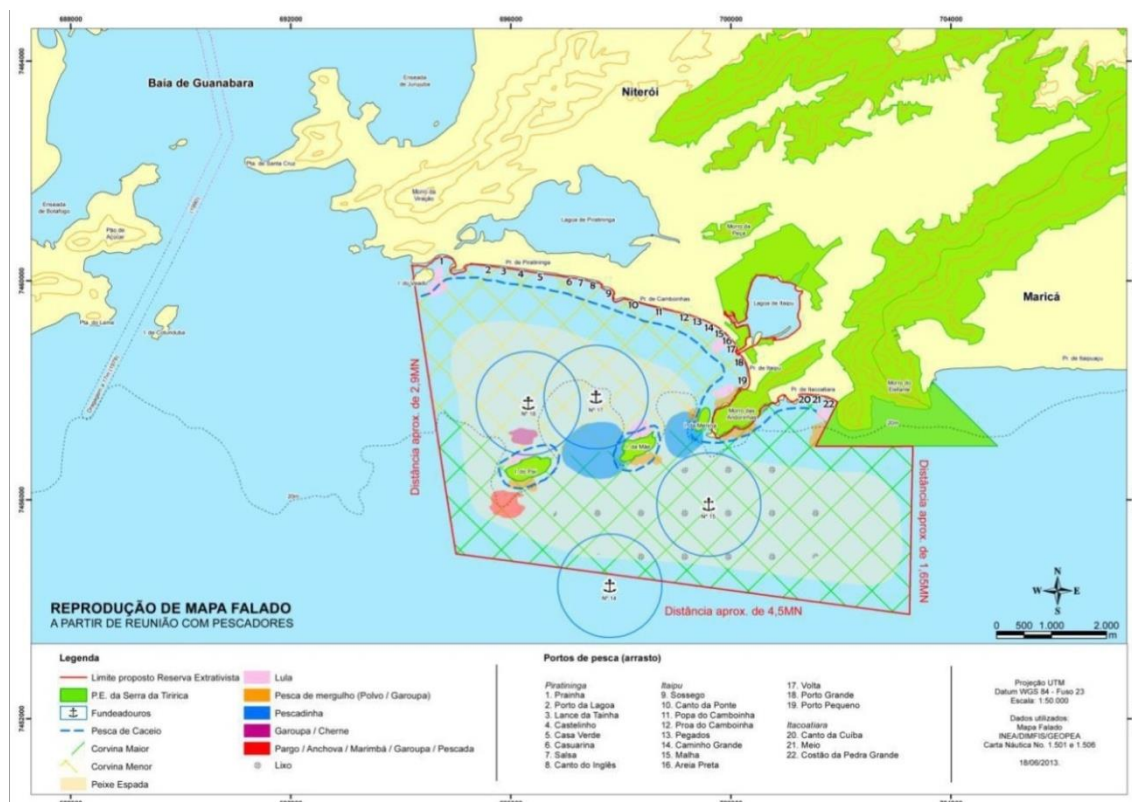
(...)[é uma associação que] ganha uma dimensão política de movimento social independente, articulada com outros movimentos de pescadores de outros pontos distantes no litoral e com outras instâncias nacionais de organização, com demandas políticas locais e nacionais, conscientes dos processos e contextos globais que deflagraram os problemas pelos quais passam, cuja solução encontram não apenas localmente, mas no acúmulo das lutas desses movimentos e instituições parceiras compartilhadas através de redes solidárias de interlocução. (SILVA, 2018, p. 53-54)

Concordamos com Silva (2018), que um fator importante para os pescadores artesanais de Itaipu, que, conseqüentemente age em favor de sua luta territorial e simbólica, é a realização de eventos culturais tradicionais, como por exemplo, a Marejada Cultural (SILVA, 2018). Este evento é relativamente novo, tendo começado em 2015, como uma reposta dos pescadores locais a algumas festas tradicionais, como as comemorações de São Pedro – mesmo ela sendo realizada pela Colônia Z-7 –, que na opinião dos pescadores, perderam seus elos tradicionais, se esvaziando de toda importância cultural que tinham, com os mesmos culpando o aumento do turismo como causador deste distanciamento entre as festas locais e as tradições. A Marejada Cultural é uma tentativa de retomar os valores tradicionais das festas locais, a partir de um evento organizado apenas pela comunidade tradicional, guiada pela memória coletiva, recheada de pratos tradicionais, atrações culturais e muitos comícios, debates e conversas sobre a situação da pesca, assim como as estratégias de sobrevivência e manutenção das tradições, atividade e modo de vida dos pescadores, sendo um evento muito político que reúne pescadores, familiares, pesquisadores e outros interessados, visando a preservação socioambiental e cultural do Canto de Itaipu.

Uma das principais – se não a principal – forma de resistência dos pescadores de Itaipu é a RESEX de Itaipu (Figura 12). Esta reserva extrativista é uma conquista

prevista pela Lei Federal nº 9.985/00³⁰, que garante aos pescadores artesanais um favorecimento em relação ao uso da parcela delimitada do ambiente marinho em questão, além de criar formas de proteção e conservação dos direitos destes pescadores, através de estratégias territoriais (CRUZ, 2015).

Figura 12 – Mapa da RESEX de Itaipu.



Fonte: Coutinho et al. (2015).

Quando uma reserva extrativista é aprovada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), a Unidade de Conservação (UC) geralmente é criada a partir de uma gestão entre Conselho Deliberativo e, neste caso, os pescadores artesanais (CRUZ, 2015).

A RESEX de Itaipu visa a proteção da área escolhida além do incentivo à pesca não predatória, consciente. A reserva é destinada à população tradicional de pescadores local, no intuito de garantir a sustentabilidade e conservação dos recursos necessários a este tipo de extrativismo, através de formas de pesca de baixo impacto ambiental, realizadas a partir dos saberes e conhecimentos empíricos passados geracionalmente por estes pescadores. Isto permite que esta RESEX seja feita com base nas necessidades locais, dando legitimidade legal e jurídica à atividade:

³⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.

Os espaços e recursos marinhos passam a ser reconhecidos pelas leis formais como áreas exclusivas para exploração comunitária dos pescadores artesanais organizados e os arranjos institucionais informais (remanescentes, residuários, extintos ou embrionários) próprios da cultura local podem ser incorporados no plano de manejo. (COSTA, 2011, p. 49 *apud* CRUZ, 2015, p. 78)

O projeto inicial da RESEX Itaipu tinha como articuladores a Colônia de Pescadores Z-7, a ALPAPI e os pescadores locais, ainda contando com o apoio: da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da RESEX-Mar Arraial do Cabo (RESEX-Mar AC), da Prefeitura de Niterói, do Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói (CCRON) e de 300 pessoas que assinaram o abaixo-assinado em apoio à criação da reserva (CRUZ, 2015).

A reserva já estava em discussão desde a década de 1980, tendo sido tentada sua aprovação na década seguinte, porém passou por diversos entraves devido a conflitos entre organizações, associações e instituições diversas, inclusive de comunidades de pescadores de diferentes localidades. Estes conflitos se deram perante divergências nas opiniões de como deveria ser projetada a RESEX, acusações de benefícios para grupos específicos em detrimento de outros na realização do projeto e acusações de fraudulência no processo e aprovação do mesmo – nenhuma destas acusações foi comprovada. Estas intrigas minaram a aplicação da reserva e a mesma ficou paralisada até 2004.

Em 2004, os pescadores de Piratininga e Itaipuaçu também aderiram à criação da reserva, após várias reuniões envolvendo estes grupos e os já interessados anteriormente na implementação da mesma. Todavia, diversas entidades locais continuavam a questionar a legitimidade da reserva.

Em 2012 foram retomadas as reuniões, após um grande hiato devido a desentendimentos já mencionados. Desta vez também contando com a presença do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), representantes da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), membros da Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia de Itaipu (ACOMPI) e da Associação de Moradores de Itaipu, além de convidados da Z-8. Após muitos esclarecimentos sobre como seria o funcionamento da RESEX, os pescadores artesanais entraram em consenso a favor da reserva,

pressionando a Z-7 a acatar também (CRUZ, 2015). No dia 30/09/2013 a RESEX Itaipu foi executada, com a criação do decreto 44.417³¹.

A reserva determinou como proibidas a “pesca industrial, a pesca predatória e o descarte de água de lastro ou óleo na área de proteção da Reserva” (CRUZ, 2015, p. 82). Esta reserva extrativista admite e reconhece a relação tradicional e sustentável entre o meio ambiente e os pescadores artesanais, tendo respaldo pelo poder público e das comunidades tradicionais locais. Os recursos necessários à pesca em Itaipu se encontram no mar, é seu território de uso comum, sendo assim, a reserva foi pensada justamente para assegurar o essencial à manutenção desta prática artesanal no local (SILVA, 2018). Esta reserva ainda afeta a especulação imobiliária em Itaipu, desacelerando a mesma na orla local (CARVALHIDO, 2012), sendo um atenuante do processo de autosegregação no bairro.

O INEA foi determinado como conselho deliberativo, trabalhando em conjunto com os pescadores locais, a UFF e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), na gestão da UC:

Atualmente estas organizações se reúnem periodicamente para decidir os representantes de cada modalidade de pesca a exercer a fiscalização nas praias abarcadas, além de outras funções que cada organização deverá desenvolver para o funcionamento da unidade de conservação. A área protegida pela RESEX passou a incorporar o PESET, estando previstos investimentos de aproximadamente R\$ 1 milhão, advindos do Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), para a construção do Centro de Educação Ambiental e Cultural em Itaipu. (CRUZ, 2015, p.82)

Dito a importância da RESEX de Itaipu, é interessante abordar uma problemática vinculada aos discursos ambientalistas, visto que a reserva se coloca como uma estratégia de manutenção das condições ambientais e equilíbrio do ecossistema local. Muitas vezes estes discursos são apropriados pela elite e pelo grande capital, para justificar empreendimentos ditos “ecológicos” assim como para respaldar a expulsão de indivíduos e grupos que atrapalham os “planos” destes agentes, com um discurso que os acusa dos impactos recentes observados no local, como por exemplo, vemos acontecer com a população de baixa renda e os pescadores artesanais em Itaipu. Sendo assim, é importante observar a apropriação indevida dos discursos ambientalistas (controversos) por parte destes grupos hegemônicos, pois sempre escondem segundas intenções e acabam, muitas vezes, por cativar olhos menos atentos, posicionando aqueles que

³¹<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdq3/~edisp/inea0047592.pdf>.

realmente defendem a natureza como os inimigos número um da mesma, e aqueles que a destroem como seus salvadores³².

Como muito bem salienta Cruz (2015), o registro da pesca como patrimônio imaterial, os patrimônios materiais, a criação da ALPAPI e da RESEX Itaipu, dentre outros (Figura 13), são provas de como as mobilizações populares dos moradores interessados na preservação da cultura e do meio ambiente, assim como da comunidade tradicional dos pescadores de Itaipu, é essencial à proteção das tradições, da cultura e da identidade local. Estas políticas, homologadas pelo poder público, voltadas a preservar as condições socioespaciais e materiais para a manutenção das comunidades tradicionais, são respaldadas pelos discursos vinculados à memória, buscando o resgate e manutenção de tradições, de práticas intrínsecas àquela comunidade, servindo como forma de resistência perante as tentativas de extinção da pesca artesanal no local.

Figura 13 - Quadro com as formas de resistência estratégicas encontradas na Comunidade de Pescadores de Itaipu, perante seu território.

Tipos	Formas de Resistência
Associativo	- Criação da ALPAPI; - Criação da ACOTMA.
Cultural	- Turismo cultural; - Pesca artesanal em Itaipu como patrimônio imaterial; - Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) tombado como patrimônio material; - Canto de Itaipu tombado como patrimônio material; - Marejada Cultural.
Produtivo	- Criação da RESEX-Itaipu; - Comércio de pescado na Praia de Itaipu.

Fonte: Autor, 2023.

Quando analisado o caso dos pescadores artesanais de Itaipu percebe-se que a exploração dos recursos vai muito além do ato de extração em si. As narrativas identitárias neste território têm seu alicerce na relação desta comunidade com os elementos que a natureza dispõe aos mesmos, estes possuindo significados simbólicos também. Não é possível se enxergar o modo de vida destes pescadores em desconexão com os recursos ao seu redor, os mesmos possuem uma relação com o ambiente pautada

³² Outro problema vinculado às políticas ambientais é que muitas se fundamentam em literaturas ultrapassadas e conservadoras, que falam de “natureza intocada”, por exemplo. Isto parte de um pressuposto onde todo indivíduo ou grupo é igualmente danoso ao ambiente, ignorando a imensa diferença de relação entre sociedade e natureza, das comunidades tradicionais e da sociedade capitalista.

numa herança tradicional, onde a visão capitalista sobre estes “recursos” ainda não se tornou imperativa, não só pelas questões identitárias e o respeito à memória, mas também pelo simples fato de que uma relação predatória com estes elementos geraria o fim desta comunidade em pouco tempo. O vínculo com o lugar é tradicional, faz parte da cultura e está impregnado na memória, entretanto, a preservação do meio e a exploração consciente dos recursos é uma estratégia, nos tempos atuais, pois os pescadores não possuem o mesmo capital financeiro, influência política e nem capacidade logística para exercerem a mesma lógica destrutiva dos capitalistas e saírem no lucro.

Muitas vezes ignorados pelo poder público e invisibilizados na sociedade, os pescadores são esquecidos pelo discurso e prática dominantes (FERREIRA, 2013). Possuem uma atividade essencial à economia local, assim como possuíam uma enorme importância à segurança do território em tempos passados. O uso da identidade é uma ferramenta que pode ser utilizada para chamar atenção não só para a importância sociocultural, mas também histórica e econômica, ressaltando o papel importante desta atividade tradicional para a economia assim como seus serviços essenciais ao longo da história de formação deste país³³.

É possível se analisar então, como bem diz Bauman (2003), que a identidade aflora diante das ameaças, ou seja, é invocada ao se fazer necessária perante conflitos cuja melhor defesa da comunidade em questão é uma constante afirmação de suas origens, no intuito de legitimar seu direito cultural e histórico ao território que ocupam, assegurando sua sobrevivência no espaço. Sendo assim, a invocação da identidade surge pelo desejo de segurança.

A tradição e a cultura se mostraram a maior arma contra o interesse privado e a espoliação. Através de políticas governamentais é possível, com a comprovação de vínculos ancestrais e de tradição ao território em questão, tombar, ou ao menos garantir o local aos pescadores. Para isso, a manutenção das tradições através da memória cultural passada adiante é essencial, além da compreensão do linguajar jurídico necessário e do funcionamento dessas leis. Para isso, a ligação das associações de pescadores com museus, ONGs, e movimentos sociais é fundamental, assim como a

³³ Vale ressaltar que durante vários anos a Marinha Brasileira contou com a ajuda dos pescadores artesanais para a proteção do enorme litoral do país. Sem nenhum retorno financeiro ou de qualquer tipo aos pescadores, nem mesmo honrarias pelos seus serviços ao país.

partidos ou lideranças políticas que visem a manutenção destas comunidades, por interesses altruístas.

Tendo em vista que as tradições dos pescadores artesanais estão vinculadas diretamente ao litoral e à praia, tombar apenas sua atividade como bem imaterial é ineficaz. Se expulsos da praia pela especulação imobiliária será impossível de manterem suas tradições, pois como uma comunidade tradicional, se definem pela relação cultural e de subsistência com a natureza, em determinado local (neste caso a Praia de Itaipu), sendo a preservação do meio ambiente, dos objetos, do espaço em geral e das relações sociais, neste âmbito, intrínsecas a manutenção desta sociedade. Camboinhas é uma amostra do que pode ocorrer caso o território destes pescadores não seja tombado: a expulsão desta comunidade devido à especulação imobiliária, causadora do processo de autosegregação. Vale lembrar que a indústria da pesca e petrolífera também mostram ameaças e entraves à luta desta comunidade tradicional tão importante e rica culturalmente – além de outros agentes. Estes agentes possuem alto poderio econômico e político, são grandes empresas, às vezes multinacionais, o que acaba por diluir, quando comparados, o poder de reivindicação dos pescadores (SILVA, 2018). É uma luta difícil e longa.

A luta dos pescadores é pelo território, se utilizando da memória como ferramenta na luta pela manutenção de conhecimentos produzidos e passados por gerações, que têm suas raízes nos primeiros povos que habitaram a região, mostrando a importância científica desta luta, uma vez que tem um papel importante em áreas como da antropologia, história, geografia, biologia e arqueologia. Muitas destas tradições já se perderam da vivência e persistem apenas na memória dos moradores mais antigos de Itaipu e de alguns documentos ou artefatos preservados da época. Manter viva a memória é lutar para manter sua identidade, suas tradições. Nesta sociedade mais ampla a luta pela comprovação da tradicionalidade é uma luta por poder, que envolve terra e acesso a bens naturais, além de muitos interesses políticos e socioeconômicos. Comprovar a relação de sua comunidade com aquele lugar através do tempo, mostrando os vínculos culturais e a tradição intrínsecos à natureza daquele local, é uma arma a ser usada em uma sociedade extremamente burocrática.

O território irá se transformar, aliás, esta transformação é constante e ininterrupta. O que está em jogo é como e quais agentes que irão “comandar” estas mudanças, pois os avanços tecnológicos e técnicos são muito bem vindos, assim como é

impossível de se preservar as relações sociais de forma a descontextualizá-las das mudanças da sociedade mais ampla, exigindo uma estagnação espacial frente ao tempo, em relação às mesmas. Como dito, mudar é inevitável, mas a luta deve ser para que as mudanças sejam feitas pelos pescadores e em prol dos pescadores, e não pela vontade do grande capital, representado por diversos agentes externos à comunidade local. A invocação da ancestralidade, através das narrativas da memória, que se respaldam em todo o acúmulo de capital simbólico no espaço do Canto de Itaipu, serve na tentativa de proteger o território da pesca artesanal em Itaipu, disputando pelo poder de comando das transformações neste. Este capital simbólico é a forma de se tentar equiparar a força de resistência da comunidade com a dos diversos atores interessados na expulsão da mesma (SILVA, 2018). A forma de vida dos pescadores, produzida numa confluência entre lugar de trabalho e de moradia, legitima sua luta e garante seu direito consuetudinário ao território.

Silva (2018) analisa muito bem a relação da ancestralidade, identidade, memória, culturas, tradição e ofício com a luta política pela manutenção do território, estilo de vida, garantia dos direitos, legitimação das pautas e garantia de uma condição econômica digna, Segundo o autor:

Com os pescadores de Itaipu, há uma predominância dos discursos que reivindicam não só a soberania de suas práticas tradicionais, celebrando sua singularidade cultural, mas que também garantam condições justas e dignas de sobrevivência da pesca artesanal. Tais discursos começam a tomar rumo em um momento no qual os pescadores se organizam e percebem que são capazes de estabelecer diálogos, se posicionar em redes e travar essa disputa, entendendo que a luta política possível para afirmar legitimidade e o direito sobre aquele território, construído através de séculos de ocupação e da vida cotidiana na pesca, se faz na agência das suas memórias, nas narrativas de ancestralidade, na força dos discursos acerca da tradição. A cultura aqui torna-se peça chave na luta política. O entendimento da cultura como espaço onde se dá essa disputa é central para entendermos que, não é apenas na condição econômica que se encontram as distorções e as dominações, mas no poder de produção simbólica também. (SILVA, 2018, p. 112)

A tradição se torna ferramenta política, frente à modernização parcial e excludente que contagia o Canto de Itaipu. A preservação do modo de vida caiçara exige um respeito pelo tempo local, pelo ritmo que os mesmos produzem com base nas suas necessidades, relações sociais e no cotidiano. É, em si, uma afronta à aceleração do tempo exigida pelo capitalismo e imposta pelo globalismo, ela vai contra esta velocidade, sinônimo da noção da modernidade no capitalismo. A tradição é o filtro que decide o que deve ser assimilado, preservado, transformado, alterado ou mantido, visando a reprodução social desta comunidade a longo prazo, importante se ter em vista

que a modernização não afeta só questões urbanas, mas também os valores socioculturais (SILVA, 2018). Não existe só uma racionalidade e os pescadores combatem a imposição desta, a capitalista, modernista e globalizante, com a sua local: tradicional, identitária e com base na memória coletiva.

Estes avanços modernizantes acabam por ressignificar o território aonde antes viviam os pescadores, os desvinculando do seu lugar de vivência e ancestralidade, os afastando do local aonde seus saberes foram aprendidos e aonde podem ser utilizados, os tornando seres sem território, sem vínculo, fazendo com que se submetam a um sistema que irá os individualizar e colocá-los em competição, acabando completamente com sua sociedade baseada no companheirismo, aonde um indivíduo só tem valor quando visto em relação ao todo, seu papel nesse meio, e sua identidade como um participante. Estes pescadores acabam por serem explorados no mercado de trabalho, se fundindo ao exército de força de trabalho excedente que tanto o capitalismo precisa para seu funcionamento.

Uma das maiores ameaças que se observa hoje à comunidade de Itaipu é em questão das novas gerações. Não que exista algum risco da pesca acabar, pois não irá, tendo em vista que a desigualdade socioeconômica e a falta de oportunidades de emprego, sempre irão garantir que esta atividade prossiga devido à falta de opção da nova geração. A maioria dos jovens não quer ser pescador, tentando a sorte em outras áreas, todavia, grande parte volta à atividade por não conseguir outra opção viável financeiramente. Com isso, a atividade se assegura. Mas o problema nunca foi a atividade da pesca em si e sim seu caráter artesanal, a manutenção das tradições e da cultura como um todo, a preservação da identidade e da relação única com os recursos e o lugar, uma forma de pesca pautada na memória e passada de forma geracional, isto sim está em perigo.

Estes jovens, apesar de muitos ainda estarem na pesca, vão perdendo seus vínculos com as tradições, perdendo sua identidade cultural, sendo muito influenciados por esta cultura homogênea e vazia vinda da globalização, assim como pelos valores da modernidade (SILVA, 2018), tornando a atividade vazia de simbolismos ancestrais, se transformando apenas numa atividade econômica, como qualquer outra extrativista capitalista. Como bem aponta Silva (2018):

Em contraponto a este tipo de organização social tradicional, para além da inauguração do indivíduo-sujeito, a modernidade preserva outras duas características particularmente interessantes para pensar Itaipu, a juventude

moderno-contemporânea integrada aos fluxos mundializados e as dificuldades de se estabelecer um elo entre a tradicionalidade reivindicada pelos pescadores e a perspectiva dessas novas gerações: descontinuidade e fragmentação. (SILVA, 2018, p. 121)

Geralmente estes filhos e filhas não fogem completamente do seu vínculo com o mar, obtendo empregos que têm ligação com o mesmo, aproveitando todo o conhecimento tradicional e de prática que obtiveram ao longo de suas vidas, todo este saber naturalístico. Mesmo que muitos, devido ao desemprego crescente, acabem por se verem forçados a irem (ou voltarem) em algum momento para a pesca, deixam de lado as relações tão importantes e intrínsecas à cultura ribeirinha e caiçara, se desprendendo dos costumes, das histórias que lhes eram contadas – que servem como uma forma de manutenção da tradição ao serem passadas de pais para filhos, porém não será mantida por eles –, da ligação com a comunidade e do seu modo de vida, causando uma perda enorme para a sociedade, assim como podendo causar a extinção do território da pesca artesanal como (ainda) conhecemos hoje, perdendo seu significado e tendo uma ressignificação homogeneizante, pautada nos aspectos modernizantes.

Muitos jovens acabam por se inserir no mercado de trabalho muito cedo, na intenção de encontrar caminhos para além da pesca, geralmente em serviços urbanos e precarizados. O que enfraquece a classe dos pescadores no local da comunidade de Itaipu, pois intensifica a desconexão da juventude com a tradição local, enfraquecendo o coletivo e modificando a sociabilidade da área pesqueira, o que, por sua vez, gera uma perda do sentimento de pertencimento com o local e uma desvinculação com a atividade, não sendo mais necessária a moradia na orla, o que faz com que alguns destes pescadores, junto às suas famílias, tomem a decisão de venderem seus terrenos e casas por altos valores no mercado (FERREIRA, 2013), indo morar em bairros periféricos e trabalhando em outras atividades – muitas vezes vinculadas à pesca ou tendo algum vínculo com o mar. Muitas das vezes estes acabam por voltar à pesca, pois não conseguem se manter com outras atividades ou ficam desempregados, agora tendo que pescar em outras localidades ou precisando se locomover de longe até a praia de Itaipu, sendo um grande empecilho logístico.

Como fazer com que estas novas gerações mantenham as tradições, a cultura, a identidade e a memória? Esta é uma pergunta difícil de ser respondida, pois os mesmos não são agentes externos, não fazem parte do grande capital, não são ameaças estanhas, são os filhos e filhas, a própria comunidade. O maior inimigo da pesca artesanal em Itaipu é invisível, ele mostra algumas de suas facetas através da construção dos

condomínios de luxo e para a classe média, da pesca industrial, da exploração de petróleo e dos diversos outros processos e agentes que estão em conflito com os pescadores. Mas todos estes fatores são ligados ao capitalismo. A expansão urbana, a modernidade, a globalização, tudo isto afeta os valores socioculturais dos indivíduos, afeta suas formas de verem o mundo, afeta sua forma de se relacionar e de se reproduzir socialmente. E quando se fala dos jovens, muito influenciáveis, curiosos, ambiciosos, nascidos numa comunidade, como diz Bauman (2003), em decadência e já num espaço totalmente influenciado por estes fatores, os mesmos acabam por ter um poder enorme sobre eles, ameaçando de dentro, a própria manutenção desta comunidade.

Estas estratégias utilizadas contra os agentes externos são efetivas e também ajudam na questão com a juventude, porém se faz necessário adaptar algumas destas para melhor lidar com esta falta de vontade dos jovens de seguirem com as tradições, pois a valorização das mesmas, a preservação da identidade e a manutenção da memória são bons caminhos para se conquistar a juventude, só a metodologia que deve ser adaptada para se trabalhar melhor com os mesmos. A chave está na educação, daí a importância também da *autointitulação* dos mesmos como caiçaras e do fortalecimento institucional da comunidade como um todo, pois força o poder público a aplicar medidas para ajudar nestas questões, ainda mais quando uma das demandas é por uma educação de qualidade e, neste caso, ligada à cultura e às tradições locais.

A decadência da pesca artesanal nos últimos anos, em Itaipu, somada às novas imposições e fetiches materiais e simbólicos neste espaço de expansão urbana, altera a juventude local, assim como sua forma de territorializar o espaço em que vivem. O individual se torna soberano, o sujeito acima do coletivo, há o esquecimento da memória, das tradições. A reprodução social se modifica, se apagando o caráter tradicional desta atividade e modo de vida, sendo homogeneizado pela globalização. Uma comunidade que, se baseando no conceito de Bauman (2003), vai deixando de ser ética e se aproximando de uma estética, ao perder suas características como a união e a coletividade, se tornando individualizada, concentrada nos sujeitos, estes inseridos em pequenos núcleos familiares, cada vez mais distantes uns dos outros e em constante competição entre si.

Modalidades como a Pesca de Arrasto, a formação das Companhas e, no caso específico de Itaipu, a pesca da tainha no inverno, são fatores essenciais à pesca artesanal de Itaipu, tendo sido, durante muito tempo, símbolos da atividade no local,

servindo como forma de coesão da comunidade, totalmente envoltas pela tradição e pela memória local. Hoje, os mesmos se encontram em declínio, perdendo espaço devido à nova configuração presente na praia e na atividade em si, além dos impactos socioambientais, o que entristece os antigos moradores e dá sinais de instabilidade à manutenção desta comunidade.

Compreendendo os problemas enfrentados pela comunidade e suas estratégias, Bauman (2003) chama a atenção para os perigos de se lutar pela garantia dos direitos humanos, em detrimento da justiça social. Os direitos humanos garantem o direito à diferença, todavia, a efetivação destes direitos só se concretiza quando os mesmos são compartilhados por um coletivo, não sendo algo aplicado à diferença específica de um indivíduo e sim às diferenças entre distintos grupos, homogêneos internamente – não em tudo, lógico, até porque os indivíduos nunca são iguais entre si, mas nas características fundamentais de sua comunidade, naquilo que a torna distinta das outras, como grupo.

A problemática nesta luta está no fato de ser necessária a restrição das liberdades dos indivíduos dessa comunidade, pois todos devem ser leais à tradição, cultura e memória, o que por sua vez pode causar hesitação àqueles indivíduos que já não possuem um vínculo com o passado, além de haver um risco de se criar tensões geracionais, entre os moradores mais antigos e mais novos. Os mais antigos tendem a defender a manutenção destes fatores ligados à memória, tradição e cultura, podendo muitas vezes, serem avessos às mudanças decorrentes das transformações recentes nas relações sociais e econômicas da modernidade, devido à sua dificuldade em acompanhar as novas velocidades da sociedade contemporânea, muito pautadas também na revolução tecnológica das últimas décadas, e em fatores vinculados a uma visão nostálgica e muito romantizada sobre o passado. Já os mais novos, devido ao fato de não terem vivido a época à qual os mais velhos fazem referência, não têm um vínculo sentimental com aquele tempo, além de terem nascido em outro contexto de sociedade, em um mundo já globalizado e influenciado pelos “avanços” da modernidade. Enxergam as qualidades do que é novo e não compreendem muito bem os costumes e práticas vinculados a uma memória que muitas das vezes já não se apresenta como coletiva aos mesmos, não os cativa nem representa, pois os mesmos já se encontram muito influenciados por valores externos que nada têm a ver com os valores tradicionais de sua comunidade.

Sendo assim, a segurança desta comunidade se dá na necessidade de se manterem diferentes da sociedade mais ampla, e de expulsar àqueles que são diferentes deles e se vinculam a esta (BRAZ, 2004). Segundo Bauman (2003), a luta pelos direitos humanos acaba por perpetuar e estimular as diferenças, promovendo não um convívio entre os diferentes, mas sim, uma simples coexistência. Seria este o preço para se manter a comunidade a partir desta estratégia. As demandas que visam o reconhecimento desta comunidade como tradicional podem levar a sectarismos, acabando por gerar um fundamentalismo, que absolutiza as diferenças (BRAZ, 2004, p. 133). A desigualdade se torna um direito inalienável a esta comunidade, para que a mesma possa seguir com seu modo de vida.

A problemática está em não se perceber que as diferenças não se constituem como direitos, são consequências das desigualdades e um obstáculo à liberdade. A busca pela segurança, então, cerceia a liberdade desta comunidade – como já abordado quando falei sobre a oposição entre liberdade e segurança, segundo aponta Bauman (2003).

Como bem diz o autor, o direito à diferença vem com o direito à indiferença. As diferentes culturas se toleram e agem com indiferença umas com as outras, não dialogando no cotidiano de forma saudável, com as trocas inevitáveis pela proximidade geográfica sendo feitas, geralmente, através da violência, intensificando os conflitos. O medo e a falta de segurança, fundamentais para o avanço do processo de autossegregação, impedem a formação de uma humanidade em comum, onde todas as diferenças servem para justificar o distanciamento entre os grupos, erguendo muros, portões e cancelas, além de intensificar a segurança privada e o monitoramento digital. A violência se configura na arquitetura, no planejamento urbano e nos embates judiciais, com a violência física ficando latente, mas volta e meia também vindo à tona. O multiculturalismo dá lugar ao multicomunitarismo (BRAZ, 2004).

Para se promover uma comunidade estável hoje, se deve lutar pela igualdade do acesso aos recursos necessários para sua reprodução, assim como estabelecer estratégias e formas de garantir que a união coletiva da mesma possa vencer os eventuais problemas vinculados aos indivíduos, reforçando as vantagens de se manter em comunidade para os mesmos, além de garantir a coesão social tão necessária para um grupo que se encontra em constante ameaça por uma sociedade que incentiva o

individualismo e a competição. Não se pode permitir que estes ideais sobreponham os da comunidade, que se estabelecem com base na união.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado na primeira seção deste trabalho, a pesca em Itaipu pode ter origem milenar, desde os povos sambaquieiros que viviam na região. A prática é comprovadamente centenária, devido aos povos indígenas que habitavam o local pré e pós invasão dos colonizadores europeus no Brasil (1500), com suas tradições, práticas e conhecimentos tendo sido passados através de gerações até os dias de hoje, residindo atualmente em Itaipu.

O período inicial da ocupação ocorreu entre a década de 1920 e meados de 1960, com grande ênfase na década de 1940. Em 1970 na Região Oceânica de Niterói, com incentivos municipais, estaduais e federais, dentro de um contexto nacional e estadual de grandes investimentos estatais em infraestrutura e desenvolvimento, se intensificou e acelerou o processo de ocupação e expansão urbana. Os loteamentos das terras até então dos moradores e pescadores artesanais locais, foram apossadas por grupos de empresários e família poderosas locais, finalmente, em 1976, a empresa Veplan Residências chegando à localidade ao comprar as posses da Companhia de Desenvolvimento Territorial de Itaipu, pois a mesma havia declarado falência. A Veplan se tornaria, então, a empresa com mais influência na região, sendo responsável pela criação do bairro de Camboinhas, sendo a maior vilã, quando se observa a expulsão dos antigos pescadores artesanais do local, nesta época.

O mercado imobiliário junto ao Estado planejou a Região Oceânica e mais especificamente, Itaipu, para ser lar da classe mais abastada, havendo uma grande concentração de condomínios de médio e alto poder aquisitivo no bairro. Conflitos entre pescadores artesanais, mercado imobiliário, moradores, ambientalistas e acadêmicos ocorre intensamente no local até hoje, pois este processo de elitização do bairro ainda está em andamento, gerando embates a nível judicial a todo o momento, numa longa disputa pela posse das terras e seu uso.

Na segunda seção, ao utilizar os conceitos de comunidade e autoss segregação, foi observado e analisado o intenso processo de fragmentação causado na malha urbana, onde a sociedade perde seus espaços públicos aos montes, acabando com a vida urbana democrática, cerceando as diferentes classes e construindo muros ao redor das classes

médias e altas, que se isolam numa busca cega por uma segurança que só os tira a liberdade. O medo gera a fuga, e esta medida extrema só acentua a desigualdade, que por si, só aumenta a violência e, conseqüentemente, o medo.

A autossegregação da elite e classe média expulsa as classes mais baixas para áreas menos valorizadas, gerando uma segregação induzida. As áreas de melhor qualidade de vida, muito associadas à fuga do urbano, são expropriadas e tornadas exclusivas para estas classes mais abastadas. Os antigos moradores, humildes, como os pescadores artesanais, vão sendo expulsos, forçados a mudar seu estilo de vida, se distanciarem de sua localidade – ligada diretamente à sua cultura e tradições – e dar um jeito de manter alguma estabilidade financeira, da forma que conseguirem.

Ao falar sobre a comunidade de pescadores e os avanços do capital imobiliário, pôde-se ver uma nítida diferença entre a comunidade tradicional e a dos condomínios e bairros segregados, surgidos no processo de ocupação e autossegregação. A ética e a estética. A primeira, dos pescadores, pautada na união, em relações fortes entre os membros, ligados por leis e acordos sociais respeitados por todos. Uma comunidade que age em prol do coletivo, do bem-estar mútuo. Possuem valores tradicionais, uma memória coletiva e relações familiares e amigáveis intensas, onde as parcerias também se estendem ao trabalho, num convívio que entrelaça todos os aspectos da vida social dos mesmos. A segunda, a estética, é a dos “novos” moradores de Itaipu, da classe média e alta, principalmente os que vivem em condomínios. Buscam o isolamento e acabam por se privar da vida urbana, vivem em simulacros que tentam imitar a vida fora dos muros, porém garantindo toda a segurança que os mesmos tanto desejam. Algo impossível, que impede reais relações sociais, intensas, uma vez que estes se isolam até dentro de seus próprios bairros e condomínios, vivendo em comunidades unifamiliares, onde as relações com os “estranhos” – até seu vizinho se caracteriza como um – é limitada, controlada, evitada e somente ligada à manutenção das aparências. Uma comunidade presa ao ego, individualista, competitiva e consumista, totalmente voltada aos valores da modernidade. Os mesmos almejam coisas fúteis e supérfluas como a exclusividade e o *status*. Suas relações sociais são fracas, de pouca intensidade e duração, são carnavalescas.

O conceito de comunidade serve para se analisar as diferenças entre estes dois tipos de comunidades, onde a ligada à sociedade mais ampla tenta assimilar a tradicional. Mostra a importância da identidade e da autointitulação para a manutenção

da cultura e memória, assim como preservação do território. Ao mesmo tempo, aponta problemáticas nas estratégias vinculadas ao multiculturalismo e o uso das políticas identitárias, que podem acabar reforçando as diferenças, gerando mais conflitos e engessando a comunidade em relação à sua liberdade e manutenção de suas tradições.

Já o conceito de *autossegregação*, serve muito para se compreender a complexidade das formas de habitação que estão sendo formadas no bairro de Itaipu, assim como o caminho ao qual rumo o planejamento urbano na região, frente aos avanços do capital e o contexto sociopolítico e econômico atual. Uma situação que apenas gera mais conflitos aos pescadores artesanais locais, uma vez que sua área se situa bem no tipo de localidade almejada por estes empreendimentos e este projeto de cidade, concebidos pelo setor imobiliário e apoiados por um governo de políticas empreendedoras do espaço urbano.

Já na terceira e última seção, foi abordado a importância das políticas identitárias na estratégia de resistência da comunidade de pescadores artesanais, contra os avanços do capital e dos malefícios gerais da modernidade. Dado às ressalvas e salientando os perigos já mencionados, como bem explicita Bauman (2003) quando fala do conceito de comunidade, ao debater sobre as problemáticas da diferenciação como ferramenta de resistência. O MAI, a criação da RESEX Itaipu, a conservação e estudos sobre os sambaquis de Itaipu e Camboinhas, a patrimonialização e tombamentos materiais e imateriais no local, o fortalecimento da economia local da pesca e a fomentação do turismo cultural são algumas das estratégias principais que esta comunidade de pescadores utiliza para fortalecer sua luta e manter seu território.

A autointitulação, vinculado à memória, tradição e cultura, é uma tática que permeia o meio legal e pressiona o poder público a garantir os direitos desta comunidade, assim como traz visibilidade à mesma. Apesar das contradições envoltas numa batalha para se manter tradicional frente a um mundo cada vez mais acelerado e globalizado, onde a estratégia principal parte do multiculturalismo, chega-se à conclusão de que a comunidade só irá permanecer se houver: luta pela garantia das condições materiais necessárias à reprodução dos mesmos, essenciais à proteção do território, à garantia de qualidade de vida, à manutenção das tradições e do ofício da pesca artesanal; garantia de uma educação de qualidade e ligada às tradições caiçaras e ribeirinha à população jovem, para manter a continuidade das tradições, tendo em vista como os valores da modernidade iludem as novas gerações; e a formulação de

estratégias que permitam que a união e a coletividade, solidifiquem uma estrutura de regras e compromissos respeitados por todos, onde as conquistas só são obtidas em conjunto, para assim, driblar e perpassar os infortúnios que podem vir a ocorrer na esfera individual, garantindo o acolhimento de todos, fazendo “valer” esta formação social chamada de comunidade.

Este trabalho deixou claro que a comunidade de pescadores de Itaipu nunca voltará a ser o que era até 1920. Os impactos socioespaciais foram tremendos, a conjuntura política e econômica mudou. Os tempos mudaram. Vivemos hoje num mundo globalizado, onde a modernidade avança a cavalgadas, passando por cima dos modos de vida, comunidades e formas de produção do espaço que não seguem a lógica do capital. A pesca sempre existirá, porém, corre o risco de perder sua herança cultural e se transformar somente em uma atividade capitalista, com esta comunidade perdendo seu caráter tradicional, sendo homogeneizada pela globalização, havendo o apagamento da memória e se tornando individualista e desunida.

A elitização e o processo de autosegregação habitacional em Cambóinhas foram desastrosos à comunidade, seus integrantes mal conseguindo acessar o local hoje em dia. Será que Itaipu seguirá o mesmo caminho? Se depender do poder público e do setor privado, sim. Porém, neste trabalho foram analisadas as diversas formas de resistência possíveis e já aplicadas no local, visando à permanência da comunidade e a luta pelo seu território e modo de vida. Condomínios privados e cercados, limitação do transporte público, privatização de espaços públicos, destruição do meio ambiente e avanços sobre o território, são algumas das ameaças que assolam a comunidade, impactando diretamente no cotidiano de sua população.

A comunidade de pescadores de Itaipu (re)existe. O território é defendido pela tradição e pela memória, que em uma relação contraditória desta comunidade com o poder público: depende do mesmo para a aplicação das leis em favor do grupo, assim como do reconhecimento deste como tradicional e inserido nas políticas que visam à preservação deste tipo de comunidade; ao mesmo tempo em que se vê a mercê de governos e modelos de governança interessados majoritariamente em empreender os espaços e incentivar a chegada do capital privado.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. Resenha de: BRAZ, M. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 3, p. 814-818, 2004.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. Resenha de: STASIAK, D. Os desafios à Comunidade. *RILA*, v. 3, n. 2, p. 322-325, jul/dez 2006.
- BASTOS, R.; SOUSA, E.; PINTO, P. Impactos da pandemia de COVID-19 na atividade pesqueira artesanal de Itaipu. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, Altamira, v. 2, n. 2, p. 61-71, 2020.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*. v. 1, n. 47, p. 155-176, 1997. Disponível em: https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022
- CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI. Deliberação nº 2.705, de 1 de julho de 1970. Decreta o Código do Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói. **Diário Oficial [do] Município de Niterói**.
- CARVALHIDO, V. **Do “direito à vez” à vez aos direitos: conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 97, 2012.
- COSTA, C. **Deslocamento, segregação e fluidez: um estudo de caso sobre os impactos resultantes da implantação de condomínios fechados na Região Oceânica na cidade de Niterói**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 124, 2013.
- COUTINHO, M. et al. Percepção ambiental de moradores e frequentadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, Município de Niterói, RJ. *Revista Eletrônica Uso*

Público em Unidades de Conservação. v. 3, n. 7, p. 13-22, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28903. Acesso em: 20 mar. 2023.

CRUZ, J. **Itaipu, a vila e seus patrimônios**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, p. 120, 2015.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Projeto Periferia, 2003.

FERREIRA, J. **Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira – Ilha do Governador – RJ**. Dissertação (Mestrado em História Social do Território), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, p. 260, 2013.

FIGUEIREDO, F. **Uma aldeia indígena urbana: um movimento de resistência visto sob a ótica de diferentes atores sociais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 99, 2012.

FONTENELLE, T.; CORRÊA, W. Urbanização efetiva e densidade de domicílios na Região Oceânica de Niterói (RJ) entre 1976 e 2010. *Caminhos de Geografia*. v. 14, n. 45, p. 172-182, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/18178>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREY, K.; DUARTE, F. Auto-segregação e a gestão das cidades. *Ciências Sociais em Perspectiva*. v. 5, n. 9, p. 109-119, 2006. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1422>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MACHADO, E. **Governança urbana no município de Niterói – RJ: a emergência de territorialidades e conflitos em Camboinhas**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 116, 2011.

MELO, M. Da auto-segregação à segregação induzida: problemas urbanos em Angra dos Reis – RJ. In: **V Congresso da Associação Latino-Americana de População**, 2012, Montevideo. Anais... Rio de Janeiro: Congresso da Associação Latino-Americana de População, 2012. p. 1 - 27.

Museu de Arqueologia de Itaipu. **Faces de Itaipu: As Expressões do Passado Pelas Lentes de Ruy Lopes.** 2020. (2m17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yyD-ozjSYNA>. Acesso em: 08 de mai. de 2023.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. **Inventário participativo:** pessoas e memórias. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018.

NITERÓI. Lei n. 2874, de 20 de dezembro de 2011. Considera patrimônio cultural de natureza imaterial a pesca artesanal de Itaipu. **Diário Oficial do Município de Niterói.** Niterói, março, 2012.

SILVA, G. **Pescadores de Itaipu:** notas sobre tradição e modernidade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 139, 2018.

SILVA, M. **Grandes empreendimentos:** as modernizações e a reconfiguração territorial promovida entre os centros urbanos do Recife e Olinda. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.